

**ASSOCIAÇÃO DE POLITÉCNICOS DO NORTE (APNOR)
INSTITUTO POLITÉCNICO DE BRAGANÇA**

**CERTIFICAÇÃO DE QUALIDADE *VERSUS* QUALIDADE DA INFORMAÇÃO
FINANCEIRA: ESTUDO PARA EMPRESAS PORTUGUESAS**

Ana Catarina Rodrigues Martins

Dissertação apresentada ao Instituto Politécnico de Bragança para a obtenção do Grau de Mestre
em Contabilidade e Finanças.

Orientador: Professor Doutor Jorge Manuel Afonso Alves

Co-orientadora: Professora Doutora Maria Clara Rodrigues Bento Vaz Fernandes

Bragança, maio de 2016

**ASSOCIAÇÃO DE POLITÉCNICOS DO NORTE (APNOR)
INSTITUTO POLITÉCNICO DE BRAGANÇA**

**CERTIFICAÇÃO DE QUALIDADE *VERSUS* QUALIDADE DA INFORMAÇÃO
FINANCEIRA: ESTUDO PARA EMPRESAS PORTUGUESAS**

Ana Catarina Rodrigues Martins

**Orientador: Professor Doutor Jorge Manuel Afonso Alves
Co-orientadora: Professora Doutora Maria Clara Rodrigues Bento Vaz Fernandes**

Bragança, maio de 2016

Agradecimentos

Desejo expressar o meu sincero agradecimento a todos aqueles que, de formas diferentes, contribuíram para que este trabalho fosse possível.

Agradeço aos meus orientadores, o Professor Doutor Jorge Manuel Afonso Alves e a Professora Doutora Maria Clara Rodrigues Bento Vaz Fernandes, pela disponibilidade que sempre demonstraram, apoio e dedicação, pela partilha de conhecimentos e pela motivação que sempre me transmitiram na elaboração deste trabalho.

À minha família, em especial ao meu pai, irmãos e cunhada pelo encorajamento, compreensão e por acreditarem em mim.

À Catarina, à Sara, e ao Ricardo pela amizade, paciência, incentivo, ajuda, e força incondicional para nunca desistir.

Ao Marcelo, ao Paulo, ao Ruben e ao Manuel por toda a ajuda prestada e a todos os meus amigos que me incentivaram e ajudaram nas mais variadas formas ao longo deste trabalho.

A todas as pessoas e entidades que colaboraram comigo na realização do trabalho, facultando dados e informações, contribuindo com a sua experiência pessoal e profissional ou com palavras de incentivo.

Resumo

O presente estudo tem como objetivo analisar se as empresas que têm implementado um Sistema de Gestão da Qualidade, certificadas segundo a norma da International Organization for Standardization (ISO) 9001, apresentam também uma boa qualidade da informação financeira. Neste sentido, pretende-se testar a expectável relação positiva entre a certificação de qualidade de uma empresa e a qualidade da sua informação financeira. Para isso, identificaram-se as empresas que possuem certificação do Sistema de Gestão de Qualidade, segundo a norma ISO 9001, enquanto a qualidade da informação financeira foi aferida utilizando como *proxy* os *accruals* discricionários estimados através do modelo Jones (1991). Utiliza-se um modelo *logit* para testar a relação pretendida, tendo como variável dependente a variável binária relativa à certificação de qualidade e como principal variável explicativa a qualidade da informação financeira. Com base nos resultados obtidos foi possível verificar a existência de uma relação positiva e estatisticamente significativa entre certificação de qualidade das empresas e a sua qualidade da informação financeira.

Palavras-chave: Certificação de qualidade, qualidade da informação financeira, *accruals* discricionários.

Abstract

This study explores whether companies that have implemented a Quality Management System and certified according to International Organization for Standardization (ISO) 9001, also have a good quality of financial reporting. In this sense, it is necessary to test the expected positive relationship between the quality certification of a company and the quality of its financial reporting. For this, we have identified the companies that have certification of the Quality Management System according to ISO 9001, while the quality of financial reporting was measured using as *proxy* discretionary *accruals* estimated by Jones (1991) model. This study uses a *logit* model to test the desired relationship, having as the dependent variable the dummy on the quality certification regarding each company and as the main explanatory variable the quality of its financial information. Based on the results it was possible to conclude the existence of a positive and statistically significant relationship between quality certification of companies and the quality of their financial information.

Keywords: Quality certification, financial reporting quality, discretionary accruals

RESUMEN

Este estudio tiene como objetivo examinar si las empresas que han implantado un Sistema de Gestión de la Calidad, certificado según la norma de la Organización Internacional de Normalización (ISO) 9001, también tienen una buena calidad de la información financiera. En este sentido, tenemos la intención de probar la relación positiva esperada entre la certificación de calidad de una empresa y la calidad de su información financiera. Para ello, hemos identificado las empresas que tienen la certificación del Sistema de Gestión de Calidad según la norma ISO 9001, mientras que la calidad de la información financiera se midió utilizando como devengo discrecionales proxy, estimados por Jones modelo (1991). Se utiliza un modelo *logit* para probar la relación deseada, teniendo como variable dependiente el maniquí en la certificación de calidad y como el principal explicativa variable calidad de la información financiera. Con base en los resultados se pudo comprobar la existencia de una relación positiva y estadísticamente significativa entre la certificación de calidad de las empresas y la calidad de la información financiera.

Palabras clave: certificación de calidad, calidad de la información financiera, devengo discrecionales.

ÍNDICE

ÍNDICE DE TABELAS	VI
ÍNDICE DE FIGURAS	VII
ABREVIATURAS	VIII
INTRODUÇÃO	1
1. CERTIFICAÇÃO DE QUALIDADE, QUALIDADE DA INFORMAÇÃO FINANCEIRA E A RELAÇÃO ENTRE AMBAS	3
1.1. CERTIFICAÇÃO DE QUALIDADE	3
1.1.1. <i>Evolução do Conceito de Qualidade</i>	3
1.1.2. <i>Normas da Série ISO 9000</i>	4
1.1.3. <i>Vantagens de um Sistema de Gestão da Qualidade</i>	8
1.1.4. <i>Avaliação de um Sistema de Gestão de Qualidade</i>	10
1.1.5. <i>Benefícios da Certificação de Qualidade</i>	10
1.2. QUALIDADE DA INFORMAÇÃO FINANCEIRA E FORMAS PARA A AFERIR	12
1.2.1. <i>Qualidade da Informação Financeira</i>	12
1.2.2. <i>Formas de Aferir a Qualidade da Informação Financeira</i>	13
1.3. CERTIFICAÇÃO DE QUALIDADE <i>VERSUS</i> QUALIDADE DA INFORMAÇÃO FINANCEIRA	18
2. METODOLOGIA	20
2.1. OBJETIVO DO ESTUDO E HIPÓTESE DE INVESTIGAÇÃO	20
2.2. RECOLHA DE DADOS	21
2.3. TÉCNICAS DE TRATAMENTO DE DADOS E MODELOS DE ANÁLISE	22
3. ANÁLISE DE RESULTADOS	27
3.1. CARACTERIZAÇÃO DA AMOSTRA	27
3.2. ESTIMAÇÃO DOS <i>ACCRUALS</i> DISCRICIONÁRIOS	28
3.3. CERTIFICAÇÃO DE QUALIDADE E QUALIDADE DA INFORMAÇÃO FINANCEIRA	32
CONCLUSÃO	37
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	39

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 – Vantagens dos Princípios de Gestão da Qualidade	9
Tabela 2 – Modelos de <i>Accruals</i>	17
Tabela 3 – Seleção da Amostra	22
Tabela 4 – Caracterização da Amostra por Ano	27
Tabela 5 – Estimação do <i>Accruals</i> Discricionários	29
Tabela 6 – Medidas de Tendência Central	29
Tabela 7 – Estatísticas Descritivas das Variáveis <i>Dummy</i>	30
Tabela 8 – Coeficientes de Correlação de <i>Pearson</i>	33
Tabela 9 – Certificação de Qualidade <i>Versus</i> Qualidade da Informação Financeira	35

ÍNDICE DE FIGURAS

<i>Figura 1.</i> Modelo de um Sistema de Gestão da Qualidade Baseado em Processos.....	7
<i>Figura 2.</i> Método <i>Plan-Do-Check-Act</i> (PDCA)	8

ABREVIATURAS

CAE – Classificação das Atividades Económicas

CQ – Certificação de Qualidade

DIM – Dimensão

FJ – Forma Jurídica

IMP_EXP – Importação e/ou Exportação

ISO – International Organization for Standardization

IPQ- Instituto Português da Qualidade

ROC – Revisor Oficial de Contas

S1 – Setor Primário

S2 – Setor Secundário

S3 – Setor Terciários

SABI – Sistema de Análise de Balanços Ibéricos

SGQ – Sistemas de Gestão da Qualidade

QIF – Qualidade da Informação Financeira

ZN – Zona Norte

ZC – Zona Centro

ZS – Zona Sul

ZI – Zona Ilhas

INTRODUÇÃO

Atualmente, o mercado tornou-se competitivo e globalizado fazendo com que a Certificação de Qualidade (CQ) se torne uma mais-valia para as organizações, uma vez que as empresas certificadas garantem uma maior segurança para os clientes e parceiros, fortalecendo-se nos mercados existentes e facilitando o processo de entrada em novos mercados. Estas empresas podem ser sujeitas a uma avaliação mais rigorosa, podendo os seus resultados ser mais monitorizados (Lopes & Saraiva, 2009).

As organizações que são certificadas, sendo alvo de um maior rigor a nível de processos administrativos e de controlo organizacional, podem também ser alvo de outras avaliações, como a qualidade da informação financeira. Esta pode ser caracterizada por toda a informação que consiste nas demonstrações financeiras que são reguladas pelas normas contabilísticas (Martins, 2007). A informação financeira tem como objetivo ser útil aos seus utilizadores, para isso as empresas têm de apresentar resultados contabilísticos de forma clara, transparente e credível (Martins, 2007).

O presente estudo foi elaborado com o intuito de testar a expectável relação positiva entre a existência de CQ de uma empresa e a Qualidade da sua Informação Financeira (QIF). Para o efeito, foi necessário, por um lado, conhecer quais as empresas que possuem a certificação de Sistemas de Gestão de Qualidade (SGQ), segundo a norma ISO 9001 e, por outro lado, foi essencial avaliar a QIF das empresas.

A QIF pode ser analisada de diversas formas, uma delas é através dos *accruals*, estes resultam da utilização do pressuposto do acréscimo e do princípio da correlação entre rendimentos e gastos. Os *accruals* podem ser divididos em duas componentes: os *accruals* normais ou não discricionários que são obtidos através dos valores ajustados a um determinado modelo, e os *accruals* anormais ou discricionários que dizem respeito aos resíduos desse modelo (Carmo, 2013).

Os dados para o estudo foram recolhidos da base de dados Sistema de Análise de Balanços Ibéricos (SABI), comercializada pela empresa Bureau van Dijk e da base de dados fornecida pela empresa Cempalavras que disponibiliza informação sobre as empresas que possuem sistemas

certificados, nomeadamente a certificação de SGQ segundo a norma ISO 9001. A QIF foi aferida utilizando como *proxy* os *accruals* discricionários, estimados através do modelo Jones (1991).

Para testar a relação entre a CQ da empresa e a sua QIF, utilizou-se um modelo de regressão *logit*, tendo como variável dependente a variável binária relativa à CQ e como principal variável explicativa a QIF aferida através dos *accruals* discricionários.

O presente estudo está dividido em quatro partes, a primeira parte contém um enquadramento teórico sobre os principais aspetos a abordar, seguindo-se a apresentação da metodologia, dos resultados e das conclusões. A secção do enquadramento teórico encontra-se dividida em três subsecções, na primeira aborda-se o conceito de qualidade, as normas da série ISO 9000 e os princípios de gestão da qualidade, as vantagens da implementação de um SGQ e a sua auditoria. Na segunda subsecção aborda-se o conceito de QIF e de como a auditoria financeira é usada para a aferir, a flexibilidade das normas contabilísticas e de que modo esta flexibilidade permite a manipulação de resultados reportados pelas empresas e quais as formas usadas para analisar esta manipulação, entre elas, os *accruals* discricionários através do modelo de Jones (1991), a persistência e alisamento dos resultados e o conservadorismo. Na terceira e última subsecção aborda-se a relação entre a CQ e a QIF e de que forma estão relacionadas.

Na segunda parte do presente estudo faz-se a apresentação da hipótese de investigação e do objectivo do estudo, caracteriza-se a amostra analisada e de que maneira foram recolhidos os dados, e apresentam-se os modelos de análise e as técnicas de tratamento de dados. Na terceira parte apresentam-se os resultados obtidos através da análise descritiva dos dados, assim como os coeficientes de correlação de *Pearson* para medir a intensidade da associação entre as variáveis do modelo e a compilação das variáveis estimadas pelo modelo de regressão *logit*. Na quarta e última parte apresentam-se as conclusões do estudo, em função do objetivo e da hipótese de investigação, assim como as limitações ao estudo e possíveis desenvolvimentos futuros.

1. CERTIFICAÇÃO DE QUALIDADE, QUALIDADE DA INFORMAÇÃO FINANCEIRA E A RELAÇÃO ENTRE AMBAS

Esta secção é constituída pela revisão de literatura que reflete as duas vertentes do tema em estudo e a sua expectável relação, encontrando-se dividida em três subsecções: a CQ nas empresas, o conceito e formas de aferir a sua QIF, e a expectável relação entre CQ e QIF.

1.1. Certificação de Qualidade

Nesta subsecção aborda-se o conceito de qualidade, as normas da série ISO 9000 e os princípios de gestão da qualidade, as vantagens da implementação de um SGQ e a sua auditoria e quais os benefícios da CQ.

1.1.1. *Evolução do Conceito de Qualidade*

O conceito de qualidade evoluiu ao longo do século XX sendo alvo de um processo gradual, inicialmente associado a um produto em si e, seguidamente, tornando-se cada vez mais amplo à medida que se alargou à prestação de serviços e houve um aumento da oferta em praticamente todos os setores. Distinguem-se quatro fases na evolução do conceito da qualidade que são: inspeção da qualidade, controlo da qualidade, garantia da qualidade e gestão da qualidade total (Santos, 2004).

A inspeção da qualidade foi surgindo no início do século XX e destinava-se ao produto acabado, focando-se em atividades de medição, comparação e verificação. Na década de 30 a inspeção da qualidade começou a revelar-se uma prática insuficiente, foi então que surgiu a fase do controlo de qualidade que se destinava às atividades planeadas e sistemáticas. Alguns métodos

usados nesta fase eram: fluxogramas e mapas de processos, formulários de recolha de dados, diagrama de causa-efeito e gráficos (Santos, 2004).

Seguidamente, durante os anos 60, surgiu a fase da garantia da qualidade que estava focada nas atividades da monitorização, nomeadamente na análise dos desvios e reposição dos parâmetros dos processos nas condições definidas. Algumas das principais ferramentas utilizadas na fase da garantia da qualidade eram: auditorias, círculos de qualidade, análise modal de falhas e efeitos, e normas da série ISO 9000 (Santos, 2004).

Por fim, a partir dos anos 80 até aos dias atuais surgiu a gestão da qualidade total, que evidencia a cultura da empresa capaz de assegurar a satisfação dos clientes. Os principais princípios baseiam-se na orientação completa para o cliente, participação ativa da direção da empresa, zero defeitos e uso de ferramentas da qualidade (Santos, 2004).

Em Portugal, o conceito de qualidade só começa a ter visibilidade a partir da década de 70, através da garantia da qualidade, embora o seu desenvolvimento só se torne mais evidente no início dos anos 90 com a difusão da certificação de um SGQ (Santos, 2004).

Atualmente vigora o conceito preconizado pela norma ISO 9001, em que a qualidade é definida como sendo o grau de satisfação com que um conjunto de características referentes a um produto, sistema ou processo satisfazem os requisitos das partes interessadas nas empresas, tais como, os clientes, colaboradores, proprietários, fornecedores e sociedade (Ribeiro, 2007). Segundo a ISO (2015), a qualidade é definida como o conjunto de propriedades e características de um produto ou serviço que lhe confere aptidão para satisfazer necessidades explícitas ou implícitas do cliente/consumidor.

A qualidade é sinónimo de estratégia e foca-se na excelência do produto, fazendo com que seja parte integrante da cultura organizacional, conduzindo ao envolvimento constante dos seus colaboradores, que operam em equipa e, conseqüentemente, à redução de custos (Lopes & Saraiva, 2009). Os autores afirmam, ainda, que a qualidade deve ser considerada como um elemento fundamental e ser assumido como um compromisso da gestão de topo, para conseguir obter a satisfação dos seus clientes (Lopes & Saraiva, 2009).

1.1.2. Normas da Série International Organization for Standardization 9000

Atualmente as empresas estão em constante mudança, isso faz com que tenham de criar soluções para se manterem no mercado competitivo e conseguirem evoluir. Uma das formas que as empresas têm procurado para serem eficazes no cumprimento destes objetivos tem sido a implantação de um SGQ, através da certificação de acordo com as normas da série ISO 9000 (Ribeiro, 2007).

O Instituto Português da Qualidade (IPQ) assegura a representação de Portugal em inúmeras estruturas europeias e internacionais relevantes para a sua missão, nomeadamente na ISO. Compete ao IPQ promover a elaboração, a aprovação e a homologação dos documentos normativos portugueses, e a adoção dos documentos normativos europeus (IPQ, 2015).

A ISO é uma organização não-governamental, com sede em Genebra (Suíça), constituída por 163 países membros, tendo já publicado mais de 19.500 normas internacionais, em quase todos os setores, da tecnologia, à segurança alimentar, à agricultura e à saúde (ISO, 2015). A ISO nasceu em 1946 quando delegados de 25 países se reuniram no Instituto de Engenheiros Cívicos em Londres e decidiram criar uma organização internacional para facilitar o comércio internacional e homogeneizar práticas, garantindo a qualidade, segurança e eficiência dos produtos ou serviços. Como o nome *International Organization for Standardization* pode ter várias siglas em diferentes línguas, os seus fundadores decidiram dar-lhe, então, o nome ISO. Escolheram o nome ISO por ser derivado da palavra grega “isos” que significa igualdade, o que se enquadra com o propósito da organização em questão. Em fevereiro de 1947, a ISO iniciou oficialmente as suas funções (ISO, 2015).

A família ISO 9000 aborda diferentes aspetos da gestão da qualidade, onde os padrões fornecem orientações e ferramentas para as empresas garantirem que os seus produtos e serviços estão direcionados para as necessidades do cliente e a qualidade está em constante melhoria (ISO, 2015).

Segundo a ISO (2015), a família ISO 9000 inclui as seguintes normas:

- **ISO 9001:2008 – Sistemas de Gestão da Qualidade. Requisitos:** Caracteriza os requisitos que um SGQ deve obedecer sempre que uma organização tem necessidade de demonstrar a sua capacidade para fornecer produtos e serviços que satisfaçam tanto os requisitos dos clientes como dos regulamentos aplicáveis e tenham em vista o aumento da satisfação dos clientes;

- **ISO 9000:2005 – Sistemas de Gestão da Qualidade. Fundamentos e Vocabulário** - Descreve os fundamentos dos SGQ e determina a terminologia que lhes é aplicável;

- **ISO 9004:2009 – Gestão do Sucesso Sustentado de uma Organização. Uma Abordagem da Gestão pela Qualidade** - Fornece linhas de orientação para a gestão que consideram tanto a eficácia como a eficiência de um SGQ, tendo como objetivo a melhoria do desempenho da organização e a satisfação dos seus clientes e das outras partes interessadas;

- **ISO 19011:2011 – Linhas de Orientação para Auditorias a Sistemas de Gestão** - Orienta a execução de auditorias a um SGQ e a sistemas de gestão ambiental.

“As normas da família ISO 9000 são referenciais para a implementação de SGQ que representam um consenso internacional sobre boas práticas de gestão e com o objetivo de garantir o fornecimento de produtos que satisfaçam os requisitos dos clientes, bem como a prevenção dos problemas e ênfase na melhoria contínua” (Silva, 2011, p. 31).

A norma ISO 9001:2008 assenta em oito princípios de gestão da qualidade: i) focalização do cliente; ii) liderança; iii) envolvimento das pessoas; iv) abordagem por processos; v) abordagem da gestão como um sistema; vi) melhoria contínua; vii) abordagem à tomada de decisões baseada em factos; e viii) relações mutuamente benéficas com fornecedores (e.g., ISO, 2015; Norma Portuguesa (NP) ISO 9001:2008, 2008; Silva, 2011).

De seguida desenvolvem-se cada um dos princípios de gestão de qualidade enunciados anteriormente.

- **Focalização do cliente** - Nos dias que correm são os clientes que mantêm as organizações no mercado, por isso estas devem compreender as suas necessidades atuais e futuras, cumprir os requisitos a que se propõem e esforçar-se para manter o cliente satisfeito. Também é essencial ter consciência que qualidade não é o que a organização pensa que é, mas sim aquilo que o cliente entende ou percebe (e.g., NP ISO 9000:2005, 2005; Santos, 2004).

- **Liderança** - Os seus líderes estabelecem uma definição clara da visão de futuro através dos objetivos e linhas de orientação traçadas na organização, analisam as necessidades de todas as partes interessadas, incluindo clientes, acionistas, colaboradores, fornecedores e sociedade em geral. Devem incentivar a confiança e a eliminação de medo e da insegurança e criar mecanismos de motivação e reconhecimento dos esforços desenvolvidos para conseguir manter um bom ambiente interno no qual as pessoas estejam inteiramente empenhadas na prossecução dos objetivos da organização (e.g., NP ISO 9000:2005, 2005; Santos, 2004).

- **Envolvimento das pessoas** - A essência de uma organização são as pessoas, os seus colaboradores. Para as organizações conseguirem um empenho total dos seus colaboradores é necessário que estes estejam conscientes da importância da sua contribuição e do seu papel na organização, que exista partilha espontânea de conhecimentos e experiência e uma procura constante de oportunidades para reforçar os seus conhecimentos (e.g., NP ISO 9000:2005, 2005; Santos, 2004).

- **Abordagem por processos** - Segundo a NP ISO 9001:2008, 2008 a forma mais eficaz para alcançar os resultados pretendidos é assegurar que as atividades e os recursos que lhe estão associados sejam geridos como um processo (ver Figura 1).

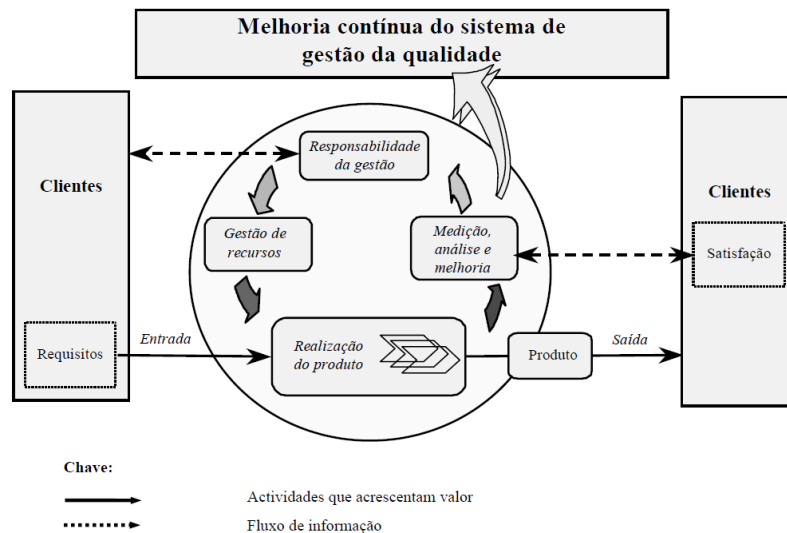


Figura 1. Modelo de um Sistema de Gestão da Qualidade Baseado em Processos
 Fonte: NP ISO 9001:2008 (2008, p.8)

Pelo Modelo de um SGQ baseado em processos, representado pela Figura 1 pode-se observar que os clientes desempenham um papel significativo na definição dos requisitos como entradas para a organização. A monitorização da satisfação dos clientes requer que a informação relacionada com a percepção dos mesmos seja avaliada em função do grau de cumprimento entre as suas necessidades e expectativas (NP ISO 9001:2008, 2008).

- Abordagem da gestão como um sistema - A abordagem ao sistema de gestão tem como finalidade identificar, compreender e gerir processos inter-relacionados, contribuindo para que a organização consiga atingir os objetivos pretendidos de forma eficiente e eficaz. Para o alcance dos objetivos pretendidos é necessário que o sistema estruturado seja de fácil compreensão de papéis e responsabilidades necessárias à prossecução de objetivos comuns de forma a diminuir as barreiras funcionais, sendo importante que haja uma clara definição e hierarquização do funcionamento das atividades que constituem o sistema (e.g., NP ISO 9000:2005, 2005; Santos, 2004).

- Melhoria contínua - Para as empresas conseguirem aumentar a satisfação dos seus clientes através do fornecimento dos seus produtos é necessário aplicar de uma forma sistemática o método *Plan-Do-Check-Act* (PDCA) que permite a análise e resolução de problemas, o controlo de desvios e a definição de medidas corretivas. Este método constitui um referencial teórico básico para a melhoria contínua dos diversos sistemas de gestão (ver Figura 2) (Almeida, 2012).

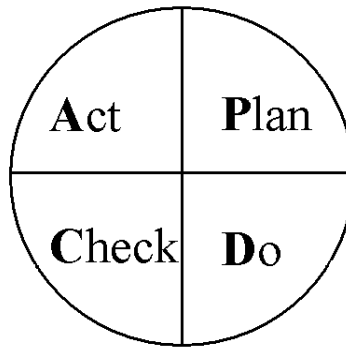


Figura 2. Método *Plan-Do-Check-Act* (PDCA)

Fonte: Santos (2004, p. 85)

Segundo a ISO 9001:2008 (2008) o modelo PDCA pode ser descrito da seguinte forma:

- *Plan* (Planear): Estabelecer os objetivos e os processos necessários para apresentar resultados de acordo com os requisitos do cliente e as políticas da organização;
- *Do* (Executar): Implementar os processos;
- *Check* (Verificar): Monitorizar e medir processos e produtos em comparação com políticas, objetivos e requisitos definidos e reportar os resultados;
- *Act* (Atuar): Empreender ações corretivas para melhorar continuamente o desempenho dos processos.

- **Abordagens à tomada de decisões baseada em factos** - Este princípio defende que as decisões devem ser baseadas em factos. Assim, as decisões eficazes devem ser tomadas com base na análise de dados e de informações. Para tal, é necessário garantir que os dados e as informações sejam exatos e fiáveis e analisá-los com base em métodos válidos (e.g., NP ISO 9000:2005, 2005; Santos, 2004).

- **Relações mutuamente benéficas com fornecedores** - “A organização e os seus fornecedores são interdependentes e uma relação mutuamente benéfica (WIN-WIN) reforça a capacidade de ambos para criar valor” (Santos, 2004, p. 84). Para conseguir criar esta relação mutuamente benéfica é necessário que a comunicação seja fácil, clara e aberta, ainda que exista permuta de recursos, de competências, de experiências, de informações e de planos de futuros e uma definição conjunta de estratégias de desenvolvimento, motivação, encorajamento e reconhecimento de progressos (e.g., NP ISO 9000:2005, 2005; Santos, 2004).

1.1.3. Vantagens de um Sistema de Gestão da Qualidade

Neste ponto abordar-se-á como a implementação de um SGQ traz vantagens às empresas. As empresas que implementam um SGQ devem evoluir no sentido da melhoria contínua com o propósito de assegurarem a excelência dos seus produtos e, conseqüentemente, a satisfação dos clientes (Moreira, 2012).

“A implementação de SGQ baseado na norma ISO 9001:2008 é altamente benéfica para as empresas” (Morais, 2014, p.3). Um SGQ transmite confiança à organização e aos seus clientes, pois permite criar o enquadramento certo para a melhoria contínua, evidenciando a sua capacidade para fornecer produtos que cumpram de forma consistente os respetivos requisitos (NP ISO 9000:2005, 2005). Os princípios de gestão da qualidade são a base da norma ISO 9001:2008 e apresentam algumas vantagens, como se pode observar na Tabela 1.

Tabela 1 – Vantagens dos Princípios de Gestão da Qualidade

Princípios	Vantagens
Focalização do cliente	<ul style="list-style-type: none"> ○ Aumento da rentabilidade e crescimento; ○ Maior eficiência na alocação dos recursos da empresa; ○ Maior lealdade dos clientes, conduzindo à sua fidelização;
Liderança	<ul style="list-style-type: none"> ○ Colaboradores motivados para alcançar os objetivos e metas da organização; ○ As atividades ficam definidas, implementadas e avaliadas de forma integrada; ○ Dificuldades de comunicação minimizadas;
Envolvimento das pessoas	<ul style="list-style-type: none"> ○ Colaboradores motivados, empenhados e envolvidos; ○ Inovação e criatividade na elaboração dos objetivos; ○ Responsabilização pelo desempenho; ○ Motivação para a participação e contribuição para a melhoria contínua;
Abordagem por processos	<ul style="list-style-type: none"> ○ Redução de custos e tempo desperdiçados. Eficiência na utilização de recursos; ○ Resultados previsíveis, sustentáveis e crescentes; ○ Definição clara e hierarquização de oportunidades de desenvolvimento;
Abordagem da gestão como um sistema	<ul style="list-style-type: none"> ○ Integração e alinhamento dos processos, o que permitirá atingir de forma mais adequada os objetivos definidos; ○ Capacidade de concentrar esforços nos processos-chave; ○ Garantir a consistência, eficácia e eficiência da organização;
Melhoria contínua	<ul style="list-style-type: none"> ○ Desenvolvimento permanente das capacidades organizacionais e conseqüente melhoria de desempenho; ○ Alinhamento das ações de desenvolvimento estratégico, para todos os níveis da organização; ○ Flexibilidade para responder/reagir rapidamente a oportunidades;
Abordagem à tomada de decisões baseada em factos	<ul style="list-style-type: none"> ○ Decisões baseadas em informação; ○ Maior capacidade de demonstração da eficácia de ações passadas com base em registos factuais; ○ Capacidade crescente para rever, questionar, desafiar e alterar opiniões e decisões;
Relações mutuamente benéficas com fornecedores	<ul style="list-style-type: none"> ○ Aumento na capacidade para criar valor para ambas as partes; ○ Flexibilidade e rapidez para responder a alterações de mercado ou a alterações nas necessidades e expectativas dos clientes; ○ Otimização de custos e de recursos.

Fonte: Elaboração própria a partir de Silva (2011)

1.1.4. Avaliação de um Sistema de Gestão de Qualidade

A avaliação de um SGQ pode variar e abranger um conjunto de atividades, tais como a auditoria, a revisão do SGQ e as autoavaliações. Para avaliar um SGQ, existem quatro questões básicas: i) o processo está identificado e adequadamente definido; ii) as responsabilidades encontram-se atribuídas; iii) os procedimentos estão implementados e são mantidos; e iv) o processo é eficaz relativamente aos resultados pretendidos (NP ISO 9000:2005, 2005).

A auditoria é definida como “um processo sistemático, independente e documentado para obter evidências de auditoria e respetiva avaliação objetiva com vista a determinar em que medida os critérios da auditoria são satisfeitos” (NP ISO 9000:2005, 2005, p.25).

Segundo a NP ISO 9000:2005 (2005) auditoria pode ser dividida em dois conceitos: auditoria interna e auditoria externa. As auditorias internas, ou auditoria de primeira parte, são realizadas pela ou em nome da própria empresa por razões internas, podendo constituir o suporte para declaração de conformidade. As auditorias externas incluem as que geralmente se denominam por auditorias de segunda e terceira partes. As auditorias de segunda parte são realizadas por clientes da empresa, ou por outras organizações em nome desses clientes. As auditorias de terceira parte são realizadas por organizações auditoras externas e independentes, tais como as que fazem registo ou certificação de conformidade.

As auditorias que se realizam nas empresas têm como objetivo determinar o grau de cumprimentos dos requisitos do SGQ. Contudo, o objetivo máximo das auditorias deverá ser a avaliação da eficácia do SGQ e identificar as oportunidades de melhoria (NP ISO 9001:2005, 2005).

A qualidade do produto ou serviço prestado pelas empresas não é garantido completamente pela auditoria de qualidade. No entanto, tal ajuda a controlar e a melhorar o produto ou serviço. As empresas cada vez recorrem mais à auditoria da qualidade, sendo crescente o grau de exigência que colocam nessas auditorias (Almeida, 2012).

A revisão de um SGQ deve ser feita com regularidade, pois inclui a identificação da necessidade de ações a implementar à política e os objetivos da qualidade. Uma das fontes de informação utilizadas para a revisão de um SGQ são os relatórios das auditorias (NP ISO 9000:2005, 2005).

O SGQ implementado pela organização é também usado como referência para a autoavaliação de uma organização e traduz-se numa análise abrangente e sistemática das atividades e dos resultados da organização (NP ISO 9000:2005, 2005). A autoavaliação oferece uma visão global do desempenho da organização e do grau de maturidade do SGQ, assim como identifica as áreas que necessitem de melhorias na organização, fixando prioridades.

1.1.5. Benefícios da Certificação de Qualidade

Uma das formas que as empresas têm procurado para serem eficazes no cumprimento dos seus objetivos, tem sido a implantação de um SGQ, através da certificação de acordo com a norma ISO

9001:2008 (Ribeiro, 2007). O processo de certificação permite que uma empresa implemente um sistema de gestão integrada capaz de garantir que as atividades importantes para a qualidade decorrem de uma forma controlada e organizada, promovendo a melhoria contínua da satisfação das partes interessadas (Lopes & Saraiva, 2009).

Para além das vantagens da implementação de um SGQ, a CQ segundo a norma ISO 9001 permite melhorar a imagem e a visibilidade das empresas para o exterior, o que pode originar que as empresas tenham mais benefícios, nomeadamente no setor financeiro (e.g., Casadesús, Giménez & Heras, 2001; Corbett, Montes-Sancho, & Kirsch, 2005; Heras, Casadéus & Dick, 2002). Os estudos de Ribeiro (2006, 2007) confirmam que existe uma relação da CQ com o setor de atividade da empresa, tendo por base os códigos de Classificação das Atividades Económicas (CAE), assim como a sua localização por zona. Também Lisboa e Augusto (2003) estudaram o efeito da dimensão da empresa (DIM) e do setor de atividade na qual a empresa se insere e como estes influenciam o desempenho da empresa.

Como referido no parágrafo anterior, as empresas que possuem a CQ segundo a norma ISO 9001 podem apresentar mais benefícios financeiros, verificando-se que a localização da empresa, a sua dimensão e o setor de atividade no qual se insere afetam positivamente a obtenção da CQ (e.g., Corbett et al., 2005; Heras et al., 2002; Lisboa & Augusto, 2003; Lopes & Saraiva, 2009; Morias, 2014; Ribeiro, 2006 e 2007). No entanto, pretende-se apurar se a CQ é também influenciada positivamente por outras variáveis, como a forma jurídica da empresa e o facto de possuir ou não Revisor Oficial de Contas (ROC).

As organizações que são certificadas, sendo alvo de um maior rigor a nível de processos administrativos e de controlo organizacional devem também ser alvo de outras avaliações, como a QIF. No ponto seguinte apresentam-se algumas formas para aferir a QIF.

1.2. Qualidade da Informação Financeira e Formas para a Aferir

Nesta secção aborda-se o conceito de QIF e como a auditoria financeira é usada para a aferir. Como a flexibilidade das normas contabilísticas permitiu que surgisse o conceito de manipulação de resultados motivada pelos gestores das empresas e quais as formas usadas para analisar esta manipulação, entre elas, os *accruals*, por exemplo através do modelo de Jones (1991), a persistência e alisamento dos resultados e o conservadorismo.

1.2.1. Qualidade da Informação Financeira

A QIF pode ser entendida como sinónimo de qualidade dos resultados, dado que os resultados são, de entre os diferentes elementos das demonstrações financeiras, aquele que maior valor informativo possui (Carmo, 2013). Assim, e segundo a mesma autora, ao avaliar a qualidade dos resultados também se pode inferir daí a QIF em geral. Por exemplo, Dechow, Ge e Schrand (2010) concluíram que as empresas com rendimentos mais elevados têm tendência a fornecer mais informações sobre as características do seu desempenho financeiro, relevantes para uma decisão mais específica dos seus utilizadores.

A informação financeira tem como objetivo ser útil aos seus utilizadores, para isso tem de apresentar resultados contabilísticos de forma clara, transparente e credível, sem erros, manipulações ou omissões (Martins, 2007).

Um dos principais aspetos da contabilidade é a transformação de dados e registos em informações úteis para que possam chegar a um maior número de utilizadores, sendo estes de fácil compreensão e analisando os aspetos sociais, ambientais, económicos e financeiros (Dalmácio & Paulo, 2004). Os autores referem, também que todas as informações fornecidas devem ser transparentes, relevantes e úteis para que possam ser transformadas em relatórios e, posteriormente, auxiliar a preparação das demonstrações financeiras.

Carmo (2013) salienta que toda a informação, quer quantitativa quer qualitativa, divulgada pelas empresas pode ser entendida como informação financeira. No entanto, esta pode-se confundir com a informação contabilística, que é baseada nos pressupostos e regras contabilísticas e divulgada através das demonstrações financeiras.

Segundo a Estrutura Conceptual plasmada no Aviso n.º 15652/2009, de 7 de setembro, o objetivo das demonstrações financeiras é o de proporcionar informação que seja útil na tomada de decisões económicas e responder às necessidades comuns dos seus utilizadores. As demonstrações financeiras devem ser fiáveis. Para tal é necessário apresentar uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira, do desempenho e das alterações financeiras de uma entidade.

Dalmácio e Paulo (2004) consideram que existem dois tipos de utilizadores a aceder à informação contabilística, os quais podem ser internos e externos. Os utilizadores internos são

aqueles que trabalham diretamente as informações contabilísticas, enquanto os utilizadores externos são aqueles que não têm acesso direto, como clientes, fornecedores e sociedade em geral.

São as características qualitativas – compreensibilidade, relevância, fiabilidade e comparabilidade – que fazem com que a informação presente nas demonstrações financeiras seja útil aos seus utilizadores (Aviso n.º 15652/2009, de 7 de setembro). A compreensibilidade é uma qualidade fundamental pois é essencial que a informação seja rapidamente compreendida pelos utilizadores. A informação presente nas demonstrações financeiras tem de ser relevante pois influencia a tomada de decisões dos seus utilizadores. A fiabilidade é essencial para que a informação seja útil, o que ocorre quando estiver isenta de erros materiais e de preconceitos. A comparabilidade é necessária pois os utilizadores devem comparar as demonstrações financeiras de uma entidade ao longo do tempo para identificarem as tendências na sua posição financeira e no seu desempenho (Aviso n.º 15652/2009, de 7 de setembro). De seguida, apresentam-se algumas formas utilizadas para aferir a QIF.

1.2.2. Formas de Aferir a Qualidade da Informação Financeira

Atualmente as empresas estão em constante evolução e competitividade, o que faz com que tenham necessidade de apresentar informações financeiras úteis e credíveis, fazendo com que o papel da auditoria tenha cada vez mais relevância (Teixeira, 2006).

Uma das formas mais comuns de aferir a QIF é através da auditoria financeira externa, a qual consiste na análise independente da informação financeira garantindo a sua credibilidade (Sá, 2014). O conceito de auditoria tem evoluído nos últimos anos. Se inicialmente só existia para descobrir os erros e fraudes, agora contempla outras vertentes e assume formas mais específicas e especializadas (Costa, 2008).

O objetivo da auditoria é garantir que as demonstrações financeiras preparadas pelos gestores das empresas estejam de acordo com as normas contabilísticas e que a informação que apresentam seja verdadeira (Miranda, 2013). A auditoria tem também como objetivo divulgar se as demonstrações financeiras estão, ou não, isentas de manipulações, através da realização de uma série de testes e análises às contas da empresa (Sá, 2014).

A presença de uma auditoria regular nas empresas origina a que a QIF fornecida seja mais verdadeira e credível. Para as empresas se sobressaírem no mercado necessitam de apresentar uma elevada QIF, para tal precisam de recorrer à auditoria, tanto interna como externa, pois atuando em diferentes graus de profundidade têm interesses comuns, o que faz com que estejam sempre ligadas (Teixeira, 2006).

Tanto as auditorias internas, como as auditorias externas devem avaliar a eficácia do controlo interno e identificar quais as áreas de maior risco que as empresas apresentam. No entanto, apesar de possuírem algumas semelhanças, estas auditorias também apresentam diferenças quer de conceitos, quer das áreas de utilização (Costa, 2008).

Teixeira (2006) salienta que a auditoria interna controla os sistemas de gestão implementados pela gestão e o seu cumprimento, sendo uma mais-valia pois permite ao auditor reconhecer oportunidades, reforçar os sistemas e os seus procedimentos, melhorar os métodos utilizados de forma a atingir a máxima eficácia em todos os departamentos que integram a empresa.

As auditorias internas focam-se mais nas áreas internas às empresas, como os riscos associados à utilização de recursos, a ineficácia com a estrutura organizativa e o cumprimento dos objetivos quer a nível de departamentos, quer gerais (Costa, 2008).

Relativamente à auditoria externa esta tem como função verificar se a informação apresentada nas demonstrações financeiras está de acordo com as normas contabilísticas em vigor e sem omissões, garantindo assim a sua credibilidade quando apresentada aos sócios, acionistas, instituições financeiras, fornecedores e clientes (Teixeira, 2006).

Segundo Costa (2008), as auditorias externas dizem respeito à parte externa da empresa, analisando o risco associado a erros e omissões que possam influenciar a QIF apresentada aos utilizadores.

No ponto anterior referiu-se que a QIF pode ser entendida como sinónimo de qualidade dos resultados. Antes de se apresentarem as formas para aferir a qualidade dos resultados e que se podem assumir como *proxies* da QIF, convém mencionar que essas formas se desenvolveram dada a perceção existente de que as empresas e os seus gestores, motivadas por diversas e diferentes razões, tendem a gerir ou manipular os resultados divulgados. Esta ideia é sustentada pelo facto de a manipulação dos resultados - *earnings management* na expressão inglesa - ter vindo a ser amplamente discutida na literatura nos últimos anos, pois a flexibilidade das normas contabilísticas permite que os gestores das empresas adotem critérios para manipular os resultados da informação contabilística de forma a obterem benefícios para as empresas ou para si próprios (e.g., Carmo, Moreira & Miranda, 2010; Chalaye, 1994; Cunha, 2013; Lyra & Moreira, 2001; Mendes & Rodrigues, 2006).

A manipulação de resultados pode ser definida como uma intervenção do gestor na informação financeira, com o objetivo de obter uma determinada vantagem. Os gestores podem fazer estas intervenções na informação financeira dentro das oportunidades oferecidas pelo sistema contabilístico, através da seleção de diversos métodos (Schipper, 1989). Por sua vez, Healy e Wahlen (1999) definem a manipulação dos resultados como o resultado das escolhas contabilísticas dos gestores, de forma a obterem ganhos para si próprios ou para as respetivas empresas.

A manipulação de resultados é possível porque os pressupostos e os normativos contabilísticos assim o permitem, dando flexibilidade aos gestores para atingirem um determinado objetivo (Vila, 2012). Esta manipulação pode ser entendida como uma estratégia de gerir a informação contabilística por via da discricionariedade na aplicação dos pressupostos contabilísticos, pois os gestores usarão a flexibilidade acessível nas normas contabilísticas para alcançarem os objetivos pretendidos (Sá, 2014). Martinez (2006) também defende que a manipulação de resultados não é necessariamente uma fraude contabilística, pois opera-se dentro dos limites da legislação contabilística.

Segundo Guay, Kothari e Watts (1996), a flexibilidade das normas contábilísticas é uma forma de influenciar a informação contábilística, levando o gestor a ter dois tipos de procedimentos. Por um lado, pode escolher a solução que ofereça uma informação mais credível; por outro lado, pode agir para que as suas escolhas lhe permitam atingir um determinado objetivo. Do ponto de vista contábilístico, a manipulação dos resultados é vista como uma violação dos pressupostos contábilísticos, pois a relevância, a fiabilidade, a credibilidade, e até a qualidade da informação é posta em causa (Carmo et al., 2010).

A literatura tem identificado diferentes formas para analisar a prática de manipulação de resultados. Segundo Cunha (2013), encontram-se os métodos baseados em análise de rácios e tendências, os métodos baseados em *accruals*, os métodos baseados em casos de violação de pressupostos contábilísticos e os métodos baseados na observação e análise da distribuição dos resultados apresentados. Enquanto para Dechow et al. (2010) e Carmo (2013), para além dos modelos baseados em *accruals*, existem outros para analisar a manipulação dos resultados, tais como: persistência, alisamento ou ausência de variabilidade dos resultados, e o conservadorismo. Seguidamente, abordam-se sucintamente cada uma destas formas.

- **A persistência dos resultados** - é particularmente importante para os investidores e analistas financeiros, no contexto da determinação do valor da empresa (Schipper & Vincent, 2003; Dechow & Schrand, 2004; Dechow et al., 2010). Segundo Arruda, Vieira, Paulo, e Lucena (2014) quanto mais persistentes forem os resultados da empresa maior será a sua utilidade.

- **O alisamento dos resultados** - constitui uma das vertentes da manipulação dos resultados, e pode ser entendido como “uma tendência herdada do passado e plenamente vigente nos dias de hoje, que visa diminuir as possíveis flutuações do resultado para o estabilizar ao longo do tempo” (Mendes & Rodrigues, 2006, p.146). Também para Chalayer (1994), o alisamento dos resultados é um caso particular da gestão de resultados, cujo principal objetivo é apresentar uma menor variação no resultado evidenciado.

Para Eckel (1981), o alisamento dos resultados consiste em reduzir a variabilidade absoluta e não relativa do lucro referente a um nível normal desconhecido. Já Martinez (2006) refere que o alisamento dos resultados tem como característica fundamental a alteração propositada dos resultados contábilísticos pelos gestores tendo em atenção as suas motivações particulares.

Eckel (1981) apresentou uma nova dimensão no alisamento de resultados, ao considerar que poderão existir dois tipos diferentes: o alisamento natural, e o alisamento intencional. O alisamento natural é inerente aos negócios, pois resulta do processo de geração de resultados, enquanto o alisamento intencional é provocado pelo gestor com a finalidade de obter um determinado resultado. Dentro do alisamento intencional, podem-se destacar duas vertentes: o alisamento artificial, que se traduz nas manipulações contábilísticas realizadas pelos gestores; e o alisamento real, que são as ações tomadas pelos gestores para controlar os eventos económicos.

- **O conservadorismo** – é o resultado que reflete mais rápido as más notícias do que as boas notícias (Basu, 1997). Desenvolve-se como uma qualidade que equilibra a visão otimista dos administradores acerca da informação contabilística apresentada, particularmente em relação à verificação da assimetria entre ganhos e perdas, pois quanto maior a diferença no grau de verificação necessária para ganhos em relação às perdas, maior o conservadorismo (Watts, 2003).

Segundo Arruda et al. (2004), o conservadorismo está relacionado com o momento ideal para reconhecer as transações económicas das entidades e que este comportamento pode ser afetado conforme as características das mesmas. O modelo desenvolvido por Basu (1997) é, geralmente, o mais utilizado para avaliar o grau de conservadorismo do resultado contabilístico (e.g., Santos & Costa, 2008; Watts, 2003). O estudo de Basu (1997) reflete a tendência de reconhecer mais rapidamente as perdas (más notícias) do que os ganhos (boas notícias). O conservadorismo implica que as empresas quando se deparam com más notícias, reconhecem imediatamente as perdas estimadas nos resultados contabilísticos. No entanto, quando se deparam com boas notícias, os ganhos esperados não são logo reconhecidos nos resultados, pois estes exigem uma maior verificação.

Santos e Costa (2008) também concordam que os resultados encontrados no estudo de Basu (1997) refletem mais rapidamente a divulgação das más notícias do que das boas. No entanto, afirmam que a utilização do conservadorismo pode ter aumentado nos últimos anos em função do aumento da responsabilidade legal dos auditores, o que levaria ao incentivo de apresentar demonstrações financeiras “conservadoras”.

- **Accruals** - podem ser entendidos como a diferença temporal entre os efeitos económicos das transações e os fluxos de caixa correspondentes. Pode-se afirmar que não existem *accruals* quando uma receita for reconhecida em determinado período e o seu recebimento ocorrer ao longo desse período, pois verifica-se que não existe diferença entre o fluxo de caixa e o resultado contabilístico. No entanto, se o recebimento de uma determinada receita ocorrer num período futuro, já existe uma diferença entre o fluxo de caixa e o resultado contabilístico, levando, assim, à existência de um *accrual* (Paulo, 2007).

A manipulação de resultados através dos *accruals* é aquela que mais interesse suscita aos gestores, pois permite fazer alterações nos lucros, aumentá-los para que os investidores se sintam motivados com o crescimento da empresa, ou diminuí-los para evitar uma grande distribuição das riquezas (Oliveira, Nogueira, Rocha, Alves & Carneiro, 2012). Os *cash flows* e os *accruals* são as componentes mais afetadas pela manipulação de resultados. No entanto, para os gestores efetuarem essa manipulação, a via mais fácil é através dos *accruals* (Martins, 2007).

Se se considerar a facilidade permitida pelas normas é possível criar oportunidades onde se proceda à manipulação dos resultados, daí que os *accruals* totais se subdividam em *accruals* não discricionários e *accruals* discricionários, resultando estes últimos do comportamento de manipulação do gestor (Ferreira, 2011). Também Oliveira et al. (2012) afirmam que podem existir dois tipos de *accruals*: i) *accruals* discricionários que têm como único objetivo a manipulação da informação contabilística e ii) *accruals* não discricionários que são intrínsecos à atividade das

empresas. Por sua vez, os *accruals* normais ou não discricionários são obtidos através dos valores ajustados a um determinado modelo, enquanto os *accruals* anormais ou discricionários dizem respeito aos resíduos desse modelo (Carmo, 2013).

Ao estimar os *accruals* discricionários, *proxy* para a identificação de manipulação de resultados, é possível verificar se existe uma relação entre estes e os fatores que afetam o comportamento da informação contábilística (Paulo, 2007). De forma a atingir os seus objetivos e interesses, as empresas manipulam a informação contábilística através dos *accruals*, pois estes afetam diretamente o balanço patrimonial, influenciando a avaliação da empresa, de modo a atrair os investidores ou pode, também, ser utilizado para que as empresas endividadas continuem a ter acesso a financiamento (Oliveira et al., 2012).

O modelo de Jones (1991) é um dos modelos mais utilizados para detetar os *accruals* discricionários (e.g., Carmo, 2013; Cunha, 2013; Dechow et al., 2010; Martins, 2007; Oliveira et al., 2012; Schipper, 1989). Na presente dissertação será utilizado o modelo de Jones (1991). Este modelo estima os *accruals* discricionários a partir da consideração de variáveis económicas que explicam o nível de *accruals* totais: a variação do volume de negócios, que refletirá a atividade corrente da empresa e procura explicar componentes dos *accruals* como as variações resultantes das dívidas de clientes, das existências e dos créditos de fornecedores; o ativo fixo tangível, que procura explicar as amortizações e depreciações constantes dos *accruals* (Carmo, 2013). O modelo de Jones (1991) e as suas derivações encontram-se plasmados na Tabela 2.

Tabela 2 – Modelos de *Accruals*

<p>Modelo de Jones (1991):</p> $AT_{i,t} = \alpha + \beta_1 \Delta VN_{i,t} + \beta_2 AFT_{i,t} + \varepsilon_{i,t}$
<p>Modelo de Jones com a modificação proposta por Dechow et al. (1995):</p> $AT_{i,t} = \alpha + \beta_1 (\Delta VN_{i,t} - \Delta CR_{i,t}) + \beta_2 AFT_{i,t} + \varepsilon_{i,t}$
<p>Modelo de Jones com a modificação proposta por Kothari et al. (2005):</p> $AT_{i,t} = \alpha + \beta_1 (\Delta VN_{i,t} - \Delta CR_{i,t}) + \beta_2 AFT_{i,t} + \beta_3 ROA_{i,t} + \varepsilon_{i,t}$
<p>Definições das variáveis:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) $AT_{i,t}$ – <i>Accruals</i> totais; 2) $\Delta VN_{i,t}$ – Variação do volume de negócios; 3) $AFT_{i,t}$ – Ativos fixos tangíveis; 4) $\Delta CR_{i,t}$ – Variação nas contas a receber; 5) $ROA_{i,t}$ – Rácio de rentabilidade dos ativos (resultado líquido do período/total do ativo); 6) $\varepsilon_{i,t}$ – Resíduos dos modelos; 7) t – Índice que representa o tempo; 8) i – Índice que representa a empresa.

Fonte: Adaptado de Carmo (2013)

A modificação do modelo de Jones (1991) proposta por Dechow et al. (1995) consistiu em excluir da variação do volume de negócios a variação nas contas a receber. Os autores afirmam que a variação nas contas a receber representa o efeito das vendas a crédito nos *accruals* anormais não devendo estar refletidas na variação do volume de negócios.

Kothari, Leone e Wasley (2005) referem que os modelos de Jones (1991) e de Jones modificado por Dechow et al. (1995) estão correlacionados com o nível de desempenho das empresas, podendo levar a conclusões erradas acerca da presença de práticas de manipulação de resultados. Como forma de prevenir este problema, o de controlar o nível de desempenho da empresa, os autores sugerem incluir o rácio de rendibilidade dos ativos no modelo.

1.3. Certificação de Qualidade versus Qualidade da Informação Financeira

Nas organizações que são certificadas, sendo alvo de um maior rigor a nível de processos administrativos e de controlo organizacional, é também expectável que a sua QIF seja baseada no respeito integral do normativo contabilístico, de modo a que a informação financeira produzida seja de elevada qualidade e útil para todos os utentes, quer internos quer externos.

Anteriormente referiu-se que existe uma relação entre o facto de as empresas possuírem CQ com o setor de atividade em que se inserem, assim como a sua localização por zona e em função da sua dimensão (e.g. Lisboa & Augusto, 2003; Lopes & Saraiva, 2009; Morais, 2014; Ribeiro, 2006 e 2007).

Os estudos de Lopes e Saraiva (2009) e de Morais (2014) verificaram que as empresas que possuem CQ têm tendência a estar localizadas nas zonas norte e centro. No entanto, é na zona centro que se encontra o maior número de empresas certificadas. Lopes e Saraiva (2009) também verificaram que as zonas relativas às ilhas possuem uma elevada fração de entidades certificadas em comparação com a dimensão do território continental e que a zona sul detém um baixo número de empresas certificadas.

A relação entre a CQ e o setor de atividade em que a empresa se insere foi estudada por Ribeiro (2006, 2007) que verificou que as empresas que são certificadas tendem a pertencer ao setor secundário. No entanto, verifica-se que para os setores secundário e terciário, a dimensão da empresa exerce um efeito significativamente positivo.

O estudo de Lisboa e Augusto, 2003, verificou que a dimensão (DIM) não influencia o desempenho da empresa, isto é, empresas de maior dimensão não são necessariamente aquelas que têm melhor desempenho. Em comparação, no estudo de Ribeiro (2006, 2007) verificou-se um efeito significativamente negativo, isto é, empresas de grande dimensão apresentam pior desempenho que empresas de pequena dimensão.

No estudo de Ribeiro (2006, 2007), as conclusões apontam para uma relação positiva entre o facto de a empresa possuir CQ com alguns indicadores financeiros. Os autores Casadesús et al. (2001), Heras et al. (2002) e Corbett et al. (2005), também acreditam que as empresas que possuem CQ segundo a norma ISO 9001 apresentam uma QIF mais fiável e mais verdadeira.

Observando o estudo de Moreira (2012), confirma-se que as empresas que são certificadas apresentam auditorias mais rigorosas, criando-se a expectativa que existe uma relação entre a CQ e o ROC, e posteriormente, a QIF também é influenciada positivamente, pois esta informação é apresentada nos resultados contabilísticos.

Em função da literatura apresentada, é expectável que exista uma relação positiva entre a CQ e a QIF, ou seja, as empresas com CQ, segundo a norma ISO 9001, tendem a apresentar melhor QIF que as empresas sem CQ. Assim, apresenta-se a seguinte hipótese de investigação:

H1: *Empresas com CQ, segundo a norma ISO 9001, possuem melhor QIF do que as empresas sem CQ.*

Na seção seguinte apresenta-se a metodologia utilizada para testar a hipótese de investigação.

2. METODOLOGIA

Após a revisão teórica, apresenta-se nesta secção a metodologia utilizada no sentido de obter evidências empíricas de que existe uma expectável relação positiva entre a existência de um SGQ de uma empresa, certificado segundo a norma ISO 9001 (CQ) e a sua QIF.

2.1. Objetivo do Estudo e Hipótese de Investigação

Atualmente o mercado está em constante evolução, o que origina a que as empresas tenham, permanentemente, de criar soluções para a conseguirem acompanhar. Como referido anteriormente, o presente estudo tem como objetivo analisar se as empresas que têm implementado um SGQ e certificadas segundo a norma ISO 9001, apresentam também uma boa QIF. De forma a conseguir dar resposta a este objetivo, é necessário identificar outras variáveis que possam influenciar a obtenção da CQ. A CQ pode ser influenciada pela dimensão da empresa, pelo CAE e pelo distrito onde se localiza (e.g., Lisboa & Augusto, 2003; Ribeiro, 2006 e 2007) enquanto a QIF pode ser influenciada pelo CAE, pela dimensão da empresa e pelo facto de a empresa possuir um ROC ou estar sujeita a revisão oficial de contas (Martins, 2007).

Como referido anteriormente, para além das variáveis apresentadas na literatura, pretende-se analisar também se a Forma Jurídica (FJ) de uma empresa, assim como se a atividade de Importação e Exportação (IMP_EXP) influenciam a empresa a possuir ou não CQ. No entanto, as variáveis Distrito e CAE (Rev. 3 Principal) sofreram alterações, definindo-se novas variáveis *dummy*, como se descreve de seguida.

A variável Distrito foi separada em quatro variáveis distintas agregando os distritos através da zona onde se encontram inseridos:

- Zona Norte (ZN): Braga, Bragança, Porto, Viana do Castelo e Vila Real;
- Zona Centro (ZC): Aveiro, Castelo Branco, Coimbra, Guarda, Leiria, Lisboa e Viseu;
- Zona Sul (ZS): Beja, Évora, Faro, Portalegre, Santarém e Setúbal;

- Zona Ilhas (ZI): Angra do Heroísmo, Funchal, Horta e Ponta Delgada.

Em relação ao CAE (Rev. 3 Principal) considerou-se três variáveis distintas, de acordo com o Decreto-Lei n.º 381/2007, de 14 de novembro, pertencentes aos principais setores de atividade:

- Setor 1 (S1) – O Setor Primário engloba as atividades que extraem recursos diretamente da natureza, como: agricultura, pecuária, silvicultura, extração mineira, apicultura e pesca;
- Setor 2 (S2) – O Setor Secundário inclui as atividades que transformam matéria-prima em produtos acabados ou semiacabados, como: indústria, construção civil, obras públicas, fornecimento de gás, água e eletricidade;
- Setor 3 (S3) – O Setor Terciário abrange o comércio e os serviços e contém as atividades que não produzem bens mas prestam serviços, como: saúde, educação, banca, seguros, transportes e turismo.

A CQ surge como variável dependente e pretende-se estudar se as restantes variáveis influenciam ou não a CQ de uma determinada empresa. A QIF, principal variável independente, é calculada através do modelo de Jones (1991), apresentado a seguir.

Em síntese, consideraram-se as seguintes variáveis *dummy* que podem influenciar o facto de uma empresa possuir ou não CQ e que são: FJ – identifica a forma jurídica da empresa; ii) IMP_EXP – identifica se a empresa têm atividade de importação e/ou exportação; iii) ROC – se a empresa possui ROC; iv) DN – localização da empresa na zona norte; v) DC – localização da empresa na zona centro; vi) DS – localização da empresa na zona sul; vii) DI – localização da empresa nas ilhas; viii) S1 – CAE pertencente ao setor primário; ix) S2 – CAE pertencente ao setor secundário; x) S3 – CAE pertencente ao setor terciário. Estas variáveis são obtidas diretamente pela base de dados SABI.

Posto isto, para dar resposta ao principal objetivo do estudo relembra-se a hipótese de investigação:

H1: *Empresas com CQ, segundo a norma ISO 9001, possuem melhor QIF que as empresas sem CQ.*

2.2. Recolha de Dados

Os dados para o estudo foram recolhidos da base de dados SABI, comercializada pela empresa *Bureau van Dijk* e da base de dados fornecida pela empresa Cempalavras que disponibiliza informação sobre as empresas que possuem sistemas certificados nomeadamente a certificação de SGQ segundo a norma ISO 9001.

Da base de dados SABI retiraram-se os dados que possibilitaram o cálculo da QIF através do modelo de Jones (1991) e a definição de variáveis que possam também influenciar o facto de uma empresa possuir CQ.

A amostra recolhida da base de dados supramencionada foi objeto de alguns critérios de seleção nos termos descritos na Tabela 3. Nomeadamente, consideraram-se as empresas com um

volume de Negócios relevantes ($\geq 10^6$ €), com disponibilidade dos valores para as variáveis requeridas pelos modelos e que não pertencem ao setor financeiro.

Tabela 3 – Seleção da Amostra

Descrição	N.º de Obs.
Total de observações (empresas-ano) disponíveis da SABI para o período 2008-2013, que em 2013 possuíam um Volume de Negócios igual ou superior a 1 milhão de euros e não pertencentes ao setor financeiro. Encontravam-se nesta situação 35.417 empresas.	99.753
Total de observações (empresas-ano) após eliminação das empresas que possuíam variáveis sem valor disponível e eliminação do CAE que não tinha, pelo menos, 10 observações em todos os anos.	98.480
Total de observações (empresas-ano) final	98.480

Fonte: Elaboração Própria

Eliminaram-se as empresas do setor financeiro porque estas empresas possuem características específicas e o modelo de estimação dos *accruals* discricionários utilizado teria de ser adaptado a essas especificidades. Através da comparação do total de observações inicial da base de dados SABI com as empresas certificadas segundo a norma ISO 9001 da base de dados da Cempalavras nos últimos 6 anos, observou-se que existem 1.964 empresas que possuíram certificação em pelo menos um ano. Posto isto, a amostra usada na presente investigação, abrange um total de 98.480 observações, que correspondem a 95.189 observações de empresas sem CQ e a 3.291 observações de empresas com CQ.

2.3. Técnicas de Tratamento de Dados e Modelos de Análise

Após a recolha dos dados, a informação foi codificada e procedeu-se à construção da base de dados no *software IBM SPSS Statistics*, versão 21, onde foi realizado o tratamento estatístico. O tratamento de dados foi efetuado através da estatística descritiva analítica e inferencial, utilizando testes paramétricos e não paramétricos, bem como modelos de regressões *logit*.

Relativamente à estatística descritiva, utilizaram-se frequências relativas e absolutas, assim como tabelas de cruzamento de variáveis. Como medida de tendência central, utilizou-se a média e mediana. Na estatística inferencial recorreu-se à correlação de *Pearson* e à análise de regressão múltipla e à estimação de um modelo para aferir a QIF utilizando como *proxy* os *accruals* discricionários, estimados através do modelo Jones (1991).

Os *accruals* discricionários são obtidos através do modelo de Jones (1991) e correspondem aos resíduos de estimação do modelo:

$$TAC_{it} = \beta_0 + \beta_1 INV_{it} + \beta_2 \Delta PROV_{it} + \beta_3 AFIX_{it} + \varepsilon_{it} \quad [1]$$

em que,

TAC_{it} – *Accruals* totais da empresa i no ano t ;

INV_{it} – Inverso do ativo total da empresa i no final do ano $t-1$;

$\Delta PROV_{it}$ – Variação das vendas e prestação de serviços da empresa i entre o ano t e $t-1$;

$AFIX_{it}$ – Ativo fixo da empresa i no ano t ;

ε_{it} – Erro de estimação que obedece às hipóteses clássicas dos modelos estimados por *Ordinary Least Squares* (OLS).

Através do modelo [1], cuja regressão se faz por ano e CAE, obtém-se o valor dos TAC_{it} que origina a variável independente (QIF) que se pretende relacionar com a CQ. A QIF é obtida através do valor absoluto dos resíduos de estimação do modelo [1] – também designados *accruals* discricionários- e posteriormente multiplicada por menos 1 (um), pois pretende-se analisar a existência de uma relação positiva entre a existência de CQ e a QIF. O valor da QIF, será tanto melhor quando mais próximo estiver de zero (Carmo, 2013).

Como modelo global para testar a hipótese de investigação, isto é, a relação entre a CQ da empresa e a sua QIF, utilizar-se-á um modelo *logit*. O modelo *logit* consiste numa técnica uni e multivariada que permite estimar a probabilidade de ocorrência, ou não, de um acontecimento através da previsão de um resultado binário dependente, a partir de um conjunto de variáveis independentes (Marôco, 2011).

A análise *logit* produz, por um lado, resultados estatisticamente significativos ao permitir a transformação de uma variável dependente dicotómica numa variável contínua em que varia entre $-\infty$ e $+\infty$, anulando-se o problema da estimação ficar fora de um determinado limite. Por outro lado, a análise *logit* fornece resultados que podem ser facilmente interpretados, pelo que é um método simples de analisar. Por fim, esta análise permite fornecer parâmetros estimados que são assintoticamente consistentes, eficientes e normais (Marôco, 2011).

Neste caso, o modelo tem como variável dependente a variável binária CQ, que assume o valor 1 se a empresa possui CQ; o valor 0 caso contrário. O modelo tem como principal variável explicativa a QIF, que corresponde aos *accruals* discricionários, os quais são obtidos através dos resíduos de estimação do modelo [1] para cada empresa-ano. A variável QIF sofre ainda as alterações que anteriormente se referiam.

O modelo *logit*, ou também chamado de regressão logística, assumindo apenas o valor da variável dependente é dado pela função inversa (e.g., Marôco, 2001; Pestana & Gageiro, 2005):

$$\ln\left(\frac{p}{1-p}\right) = \beta_0 + \beta_1 X_1 + \dots + \beta_k X_k \quad [2]$$

O rácio $p_i / (1 - p_i)$ designa-se por Rácio de Verosimilhança, Chances ou *odds ratio* e é um conceito chave na regressão logística, pois traduz a razão entre a probabilidade do sucesso face à probabilidade do insucesso (Marôco, 2001).

Na forma mais simples em que apenas existe uma variável exógena, o modelo *logit* é dado pela seguinte equação, onde $P(Y)$ é a probabilidade de Y ocorrer (Pestana & Gageiro, 2005):

$$P(Y) = \frac{1}{1 + e^{-(\beta_0 + \beta_1 X_1)}} \quad [3]$$

Quando existe mais do que uma variável exógena (Pestana & Gageiro, 2005):

$$P(Y) = \frac{1}{1 + e^{-(\beta_0 + \beta_1 X_1 + \dots + \beta_k X_k)}} \quad [4]$$

Assim sendo, pretende-se estimar o modelo:

$$CQ_{it} = \beta_0 + \beta_1 QIF_{it} + \beta_2 DIM_{it} + \beta_3 FJ_{it} + \beta_4 IMP_EXP_{it} + \beta_5 ROC_{it} + \beta_6 ZN_{it} + \beta_7 ZC_{it} + \beta_8 ZS_{it} + \beta_9 ZI_{it} + \beta_{10} S1_{it} + \beta_{11} S2_{it} + \beta_{12} S3_{it} + \varepsilon_{it} \quad [5]$$

em que,

CQ_{it} – Certificação de qualidade da empresa i no ano t , que representa a variável dependente, que é uma variável binária, isto é, assume o valor 1 se a empresa possui CQ e o valor 0 caso a empresa não possua CQ;

QIF_{it} – Qualidade da informação financeira da empresa i no ano t , obtida através dos *accruals* discricionários, os quais correspondem aos resíduos da estimação do modelo de Jones (1991), e quanto mais próximo este valor estiver de zero melhor. Face ao que se referiu na revisão da literatura e ao que se pretende testar, espera-se que o coeficiente β_1 seja positivo;

DIM_{it} – Dimensão da empresa i entre o ano t , calculada pelo logaritmo do total do ativo. Admite-se que empresas de maior dimensão sejam mais propícias a possuir CQ, daí que se espera que o coeficiente β_2 seja positivo;

FJ_{it} – Variável *dummy* que assume o valor 1 se a forma jurídica da empresa é uma Sociedade Anónima, o valor 0 se a forma jurídica da empresa é uma Sociedade por Quotas (SQ), assim o coeficiente β_3 é indeterminado;

IMP_EXP_{it} – Variável *dummy* que toma o valor 1 se a empresa i tem atividade de importação e/ou exportação no ano t e o valor 0 caso contrário. Assim, espera-se que o coeficiente

- β_4 seja positivo pois empresas que possuam esta atividade têm tendência a ser certificadas;
- ROC_{it} – Variável *dummy* que controla se as contas da empresa i no ano t foram auditadas, assumindo o valor 1 em caso afirmativo, 0 nos restantes casos. Assim, espera-se que o coeficiente β_5 seja positivo;
- ZN_{it} – Variável *dummy* que assume o valor 1 se a empresa i no ano t está localizada na zona norte do país e o valor 0 caso esteja localizada em qualquer outra zona. Assim, o coeficiente β_6 é positivo;
- ZC_{it} – Variável *dummy* que assume o valor 1 se a empresa i no ano t está localizada na zona centro do país e o valor 0 caso esteja localizada em qualquer outra zona. Assim, o coeficiente β_7 é positivo;
- ZS_{it} – Variável *dummy* que assume o valor 1 se a empresa i no ano t está localizada na zona sul do país e o valor 0 caso esteja localizada em qualquer outra zona. Assim o coeficiente β_8 é indeterminado;
- ZI_{it} – Variável *dummy* que assume o valor 1 se a empresa i no ano t está localizada na zona ilhas do país e o valor 0 caso esteja localizada em qualquer outra zona. Assim, o coeficiente β_9 é indeterminado;
- $S1_{it}$ – Variável *dummy* que assume o valor 1 se a empresa i no ano t pertence ao setor de atividade primário e o valor 0 caso não pertença. Assim, o coeficiente β_{10} é indeterminado;
- $S2_{it}$ – Variável *dummy* que assume o valor 1 se a empresa i no ano t pertence ao setor de atividade secundário e o valor 0 caso não pertença. Assim o coeficiente β_{11} é positivo;
- $S3_{it}$ – Variável *dummy* que assume o valor 1 se a empresa i no ano t pertence ao setor de atividade terciário e o valor 0 caso não pertença. Assim o coeficiente β_{12} é indeterminado;
- ε_{it} – Erro de estimação que obedece às hipóteses clássicas dos modelos estimados por Ordinary Least Squares (OLS)¹.

Em conclusão, cada coeficiente representa a variação do *logit* da variável dependente associada a uma unidade de variação na variável independente que lhe está associada, mantendo tudo o resto constante. Elevando os coeficientes estimados ao expoente, e , obtém-se $\exp(\hat{\beta})$ que é o fator pelo qual o *odds ratio* varia quando a variável independente varia. Quando o $\exp(\hat{\beta})$ é maior do que um indica que à medida que a variável dependente aumenta, o *odds ratio* do acontecimento ocorrer também aumenta, mantendo tudo o resto constante. Se ao contrário o $\exp(\hat{\beta})$ for menor que

¹ Os pressupostos da utilização dos modelos OLS são seguirem uma distribuição normal, homogeneidade e independência de erros (Oliveira, Santos & Fortuna, 2011).

um, indica que à medida que a variável dependente aumenta, o *odds ratio* do acontecimento ocorrer diminui, mantendo tudo o resto constante (Pestana & Gageiro, 2005).

O modelo estimado através da metodologia da regressão logística é validado tendo por base o ajustamento de alguns testes, assim como a validação dos seus pressupostos. Por um lado, o teste do rácio das verosimilhanças permite concluir se existe pelo menos uma variável independente com poder preditivo sobre a variável dependente. Por outro lado, através da aplicação do teste do Qui-quadrado a partir da estatística *Log Likelihood* conclui-se sobre a qualidade do ajuste do modelo. Ainda na análise da qualidade do ajuste do modelo são considerados os valores do *pseudo* – R^2 (coeficiente de determinação), que quanto mais elevado melhor é o ajuste do modelo estimado (e.g., Marôco, 2011; Pestana & Gageiro, 2005).

Por último, através do teste *Wald* analisa-se a significância estatística dos coeficientes das variáveis independentes, isto é, se cada coeficiente é significativamente diferente de zero, caso seja afirmativo então pode-se assumir que essa variável independente tem uma participação significativa na previsão da variável dependente (Pestana & Gageiro, 2005).

3. ANÁLISE DE RESULTADOS

Na secção anterior apresentou-se a hipótese de investigação, definiu-se a amostra e o modelo para testar a hipótese de investigação. Na secção que agora se inicia analisa-se um conjunto de estatísticas descritivas com o objetivo de caracterizar a amostra, assim como as principais variáveis dos modelos e analisa-se a evidência empírica obtida com a estimação do modelo [5].

3.1. Caracterização da Amostra

Inicialmente no estudo da amostra calcularam-se algumas estatísticas descritivas com referência cruzada para se obter a relação entre as empresas certificadas e o ano em estudo (ver Tabela 4).

Tabela 4 – Caracterização da Amostra por Ano

Ano	Número de observações c/CQ		Número de observações s/CQ	
	Frequência absoluta	Frequência relativa (%)	Frequência absoluta	Frequência relativa (%)
2008	0	0	12.914	13,2
2009	0	0	14.128	14,3
2010	703	0,7	14.198	14,4
2011	818	0,8	16.933	17,2
2012	892	0,9	18.109	18,4
2013	878	0,9	18.907	19,2
Total	3.291	3,3	95.189	96,7

Fonte: Elaboração Própria

Como referido anteriormente e pela leitura da Tabela 4, observa-se que existe um total de 98.480 observações empresas-ano na amostra, em que 95.189 observações não possuem CQ

(s/CQ), o que representa 96,7% da totalidade da amostra recolhida e 3.291 empresas apresentam CQ (c/CQ), o que representa 3,3%.

De acordo com os dados da Tabela 4 verifica-se também que nos anos de 2008 e 2009 não existiam observações de empresas que possuam CQ. No entanto, é possível observar que o número de empresas com CQ foi aumentando nos anos seguintes à exceção do ano 2013 que diminuiu ligeiramente. O número de empresas sem CQ é muito elevado face ao número de empresas que têm CQ, verificando-se que aumentou todos os anos. No ano 2013 existiam 18.907 observações sem CQ, o que representa 19,2% enquanto que existiam 878 empresas com CQ, o que representa apenas 0,9%.

3.2. Estimação dos *Accruals* Discricionários

A estimação do modelo [1] permitiu obter os *accruals* discricionários por empresa-ano, ou seja, a *proxy* da QIF. Na Tabela 5 apresentam-se os coeficientes médios da estimação do modelo de Jones (1991).

De acordo com o resultado do teste Anova (F), verifica-se que o modelo estimado é globalmente significativo ($p < 0,001$), assim como o coeficiente de determinação é significativamente não nulo, embora seja muito fraco. Apenas 7,7% da variação média de TAC é explicada pelo modelo estimado. Conclui-se que mantendo constante a Δ PROV e AFIX a variação de uma unidade em INV induz a variação média, no mesmo sentido de $\pm 5,159^{10}$ unidades em TAC. Assim, mantendo constante INV e AFIX, a variação de uma unidade PROV induz a variação média, em sentido contrário, de 4,699 unidade em TAC e mantendo constante INV e Δ PROV a variação de uma unidade em AFIX induz a variação média, em sentido contrário, de 0,052 unidades em TAC. De salientar que pela aplicação do teste *t* os coeficientes das variáveis independentes estimados são significativamente não nulos.

Relativamente aos pressupostos de validação do modelo estimado verificou-se que a ausência de multicolinearidade está garantida uma vez que os valores de VIF (valores de inflacionamento da variância) são inferiores a 10, assim como a ausência de autocorrelação dos resíduos, pois o valor de Durbin Watson obtido (1,997) é superior ao limite obtido para o modelo. Contudo, não se verifica a condição de normalidade dos resíduos (teste KS), mas esta violação em nada afeta as propriedades dos estimadores obtidos para os coeficientes (Oliveira et al., 2011).

Tabela 5 – Estimação do *Accruals* Discricionários

Variáveis independentes	Coefficiente	P-value (teste t)
Constante	-0,542	<0,001
INV	1377647,181	<0,001
Δ PROV	-4,699	<0,001
AFIX	-0,052	<0,001
Variáveis		
R^2	0,077	
R^2 ajustado	0,077	
Teste F	2730,34	<0,001
Teste Durbin –Watson	1,997	
Ausência de multicolinearidade	VIF <1,2	
Teste KS	120,82	<0,001

Definição das variáveis:
1) TAC – *Accruals* totais da empresa i no ano t ;
2) INV – Inverso do ativo total da empresa i no final do ano $t-1$;
3) Δ PROV – Variação das vendas e prestação de serviços da empresa i entre o ano t e $t-1$;
4) AFIX – Ativo fixo da empresa i no ano t ;

Fonte: Elaboração Própria

Através da estimação do modelo [1], obtiveram-se os *accruals* discricionários por empresa-ano, ou seja, a *proxy* da QIF. De forma a obter uma melhor caracterização da amostra, calcularam-se as estatísticas descritivas das variáveis através das medidas de tendência central como a média e a mediana (ver Tabela 6).

Tabela 6 – Medidas de Tendência Central

Variáveis	Média±Desvio padrão		Δ Média	Estatística teste	P-value (p)	Mediana	
	c/CQ	s/CQ				c/CQ	s/CQ
QIF	-0,108±0,408	-0,148±0,851	0,040	$t = -5,185$	<0,001	-0,064	-0,078
DIM	16,038±1,423	14,892±1,346	1,145	$t = 45,477$	<0,001	15,860	14,698

Definição das variáveis:

- 1) QIF – Qualidade da informação financeira;
- 2) DIM – Dimensão da empresa.

Fonte: Elaboração Própria

Pela análise da Tabela 6 verifica-se que, em média, as empresas que têm CQ apresentam um valor mais elevado de QIF (-0,108 para empresas com CQ *versus* -0,148 para empresas sem CQ), o mesmo se verifica na mediana, ou seja, empresas com CQ apresentam uma QIF mais elevada que as empresas sem CQ. Isto vai de encontro à hipótese de investigação, pois a QIF será tanto melhor quando mais próximo se encontrar de zero. No entanto, verifica-se que, em média, a DIM das empresas com CQ é mais elevada (16,038 para empresas com CQ *versus* 14,892 para empresas sem CQ), o que se comprova também através da análise à mediana que empresas com CQ tem tendência a ter maior DIM do que as empresas sem CQ.

Por aplicação do teste paramétrico t para grupos independentes conclui-se, a um nível de significância de 1%, que as diferenças observadas são estatisticamente significativas. Pode-se

afirmar, por um lado, que as empresas com CQ têm valor médio de QIF significativamente mais elevado (média QIF c/CQ – média QIF s/CQ = 0,04) que as empresas sem CQ. Por outro lado, as empresas com CQ têm dimensão significativamente mais elevada que as empresas sem CQ.

Seguidamente, calcularam-se estatísticas descritivas das variáveis *dummy* através das frequências observadas e esperadas e aplicou-se o teste de independência do Qui-quadrado, como se observa na Tabela 7.

Tabela 7 – Estatísticas Descritivas das Variáveis *Dummy*

Variáveis		Frequência observada (Frequência esperada)				Resultado do teste independência	
		c/CQ		s/CQ		Estatística teste (χ^2)	P-value (p)
		N	%	N	%		
FJ	SA	1.000 (2148,3)	30,4	63.286 (62137,7)	66,5	1828,853	<0,001
	SQ	2.291 (1142,7)	69,6	31.903 (33051,3)	33,5		
IMP_EXP	Não	1.061 (1758,0)	32,2	51.544 (50847,0)	54,1	613,665	<0,001
	Sim	2.230 (1533,0)	67,8	43.645 (44342,0)	45,9		
ROC	Não	998 (1954,9)	30,3	57.501 (56544,1)	60,4	1193,647	<0,001
	Sim	2.293 (1336,1)	69,7	37.688 (38644,9)	39,6		
ZN	Não	2.175 (2276,5)	66,1	65.946 (65844,5)	69,3	15,177	<0,001
	Sim	1.116 (1014,5)	33,9	29.243 (29344,5)	30,7		
ZC	Não	1.521 (1623,9)	46,2	47.072 (46969,1)	49,5	13,311	<0,001
	Sim	1.770 (1667,1)	53,8	48.117 (48219,9)	50,5		
ZS	Não	2.940 (2810,0)	89,3	81.146 (81276,0)	85,2	42,583	<0,001
	Sim	351 (481,0)	10,7	14.043 (13913,0)	14,8		
ZI	Não	3.237 (3162,7)	98,4	91.403 (91477,3)	96	46,344	<0,001
	Sim	54 (128,3)	1,6	3.786 (3711,7)	4		
S1	Não	3.257 (3203,3)	99	92.599 (92652,7)	97,3	34,939	<0,001
	Sim	34 (87,7)	1	2.590 (2536,3)	2,7		
S2	Não	604 (766,4)	18,4	22.331 (22168,6)	23,5	46,432	<0,001
	Sim	2.687 (2524,6)	81,6	72.858 (73020,4)	76,5		
S3	Não	2.721 (2612,2)	82,7	75.448 (75556,8)	79,3	22,711	<0,001
	Sim	570 (678,8)	17,3	19.741 (19632,2)	20,7		

Definição das variáveis:

- 1) FJ - Forma jurídica da empresa: SA ou SQ;
- 2) IMP_EXP – Atividade de importação e/ou exportação;
- 3) ROC – Revisor Oficial de Contas;
- 4) ZN – Zona Norte;
- 5) ZC – Zona Centro;
- 6) ZS – Zona Sul;
- 7) ZI – Zona Ilhas;
- 8) S1 – Setor Primário;
- 9) S2 – Setor Secundário;
- 10) S3 – Setor Terciário.

Fonte: Elaboração Própria

A Tabela 7 apresenta os resultados das variáveis *dummy* para as observações com CQ e para as observações sem CQ. Também, por análise da Tabela 7 e com base na aplicação do teste

do Qui-quadrado, conclui-se que a CQ está estatisticamente associada às variáveis: FJ, IMP_EXP, ROC, ZN, ZC, ZS, ZI, S1, S2 e S3.

Para o conjunto das empresas com CQ verifica-se que 69,6% das observações são SQ e que 30,4% das observações são SA. Constata-se que o número de observações das empresas que são SQ é maior do que seria esperado e estas são superiores ao número de observações das empresas que são SA.

Em relação às empresas que têm atividade de importação e/ou exportação a percentagem de observações que possuem esta atividade é superior, 67,8% e mais do que seria esperado, relativamente às observações que não possuem esta atividade, 32,2%.

Seguidamente, verifica-se que 69,7% das observações apresentam ROC e 30,3% não, o que faz sentido, pois as empresas certificadas como são obrigadas a terem auditorias é de esperar que já possuam ROC para que a sua informação seja mais credível e fiável. Verifica-se, também, que as empresas que são certificadas e que são auditadas são em maior número do que as empresas que não são auditadas.

Relativamente à localização verifica-se que 53,8% de empresas que pertencem à ZC e que só existem 33,9% de empresas certificadas que pertencem à ZN. Em relação às zonas sul e ilhas observa-se o contrário das outras duas zonas, existe um menor número de empresas certificadas, e a percentagem de empresas certificadas nestas zonas, é muito baixa, apenas 10,7% e 1,6%, respetivamente. Verifica-se que em relação à localização, esta análise vai de encontro ao referido na revisão de literatura, em que as empresas certificadas se encontram maioritariamente na ZC e posteriormente na ZN.

No setor de atividade que as empresas se inserem, observa-se que o setor que possui maior percentagem de empresas certificadas é o setor secundário com 81,6%, seguido do setor terciário com 17,3% e por último o setor primário só com 1,0% de empresas certificadas. Esta análise está de acordo com o que seria esperado, pois na revisão de literatura referiu-se que as empresas certificadas têm tendência a pertencer ao setor secundário.

Analisando, agora, o conjunto das empresas sem CQ verifica-se que 66,5% das observações correspondem a SA e apenas 33,5% das observações são empresas com SA.

Relativamente à atividade de importação e/ou exportação verifica-se que as percentagens estão próximas, no entanto, 54,1% das empresas não detêm esta atividade, em contrapartida, 45,9% das empresas detêm esta atividade. Em relação ao ROC verifica-se que a maioria das observações, 60,4%, não são auditadas, e apenas 39,6% das observações são empresas que são auditadas.

Seguidamente, analisa-se a localização das empresas, onde se observa que 30,7% das empresas sem CQ se localizam na ZN. Na ZC existem cerca de metade das empresas, com 50,5% e nas ZS e ilhas a quantidade de empresas é menor, com 14,8% e 4,0%, respetivamente. Quanto às zonas onde as empresas se localizam verifica-se que não existe uma diferença muito acentuada entre as empresas que não possuem CQ.

Em relação aos setores de atividade verifica-se que o setor secundário é aquele que possui mais empresas que não são certificadas, com 76,5%, o que provavelmente é devido a grande parte

das empresas da amostra serem deste setor, seguindo-se o setor terciário com 20,7% e por último o setor primário, com apenas 2,7%. Verifica-se que não existe uma diferença muito acentuada entre as empresas que não possuem CQ.

Após obter uma maior caracterização da amostra, prossegue-se para a análise aos resultados da estimação do modelo.

3.3. Certificação de Qualidade e Qualidade da Informação Financeira

O *r* de *Pearson* é utilizado para testar a relação entre as variáveis, pois neste teste não se exige que a distribuição seja normal e o coeficiente de correlação não é sensível à assimetria de distribuição nem à presença de *outliers*. O seu sinal indica a direção, se a correlação é positiva ou negativa e o valor da variável indica a intensidade da correlação. Quanto mais próximo estiver dos valores extremos (1 e -1), maior é a associação linear (Marôco, 2011).

Na Tabela 8 apresentam-se os coeficientes de correlação de *Pearson* para medir a intensidade da associação entre as variáveis do modelo.

Tabela 8 – Coeficientes de Correlação de Pearson

	CQ	QIF	DIM	FJ	IMP_EXP	ROC	ZN	ZC	ZS	ZI	S1	S2	S3
CQ	1	0,008**	0,151**	0,136**	0,079**	0,110**	0,012**	0,012**	-0,021**	-0,022**	-0,019**	0,022**	-0,015**
QIF		1	0,020**	-0,005	0,016**	0,003	0,017**	-0,020**	0,003	0,006	0,006	0,063**	-0,068**
DIM			1	0,525**	0,121**	0,552**	-0,053**	0,044**	-0,025**	0,058**	0,010**	-0,070**	0,069**
FJ				1	0,080**	0,598**	-0,032**	0,046**	-0,023**	-0,001	-0,002	-0,111**	0,117**
IMP_EXP					1	0,108**	0,111**	0,002	-0,076**	-0,130**	-0,046**	0,183**	-0,173**
ROC						1	-0,034**	0,039**	-0,025**	0,026**	-0,023**	-0,072**	0,084**
ZN							1	-0,676**	-0,276**	-0,134**	-0,060**	0,105**	-0,086**
ZC								1	-0,419**	-0,204**	-0,022**	-0,060**	0,071**
ZS									1	-0,083**	0,109**	-0,025**	-0,017**
ZI										1	0,000	-0,049**	0,051**
S1											1	-0,300*	-0,084**
S2												1	-0,925**
S3													1

Notas:

- 1) Definição das variáveis: CQ – Certificação de Qualidade. As restantes variáveis encontram-se definidas nas Tabelas 6 e 7;
- 2) ** - A correlação é estatisticamente significativa a um nível de significância inferior a 0,01.
- 3) * - A correlação é estatisticamente significativa a um nível de significância inferior a 0,05.

Fonte: Elaboração Própria

Da análise aos valores da Tabela 8, verifica-se que o grau de concordância dos coeficientes de correlação de *Pearson* se relaciona, na sua maioria, moderadamente, com especial atenção para a correlação, apesar de fraca, entre a CQ e a QIF ($r_{Pearson} = 0,008$; $p < 0,01$). O que significa que com 99% de confiança se pode afirmar que existe uma correlação positiva entre a CQ e a QIF, o que está em conformidade com as expectativas formuladas na hipótese de investigação, de que empresas certificadas possuem melhor QIF.

Em relação à correlação entre a CQ e as variáveis DIM, FJ, IMP_EXP e ROC também se verifica, com 99% de confiança, que existe uma correlação positiva entre elas, o que também vai de encontro ao esperado, ou seja, que estas variáveis influenciam positivamente as empresas que possuem CQ. Relativamente à localização da empresa por zona, verifica-se que existe uma correlação positiva entre a CQ e a ZN e a ZC, e uma correlação negativa entre a CQ e a ZS e a ZI, como já se verificou nos testes anteriores, que empresas com CQ tendem a estar localizadas nas ZN e ZC. Em relação ao setor de atividade, verifica-se que existe uma correlação positiva entre a CQ e o S2 e uma correlação negativa entre a CQ e o S1 e o S3, o que seria esperado, pois as empresas que possuem CQ tendem a estar inseridas no setor secundário.

Os resultados obtidos vão, na sua maioria de encontro aos estudos supramencionados, existe uma relação entre a CQ e a ZN e ZC, assim como entre a CQ e o S2 e entre a CQ e o ROC (e.g., Lopes & Saraiva, 2009; Morais, 2014; Moreira, 2012; Ribeiro, 2006 e 2007). No entanto, verifica-se que a DIM tem um efeito contrário aos estudos mencionados, pois nestes verificou-se que não existia uma relação entre a DIM e CQ ou o desempenho da empresa (e.g., Lisboa & Augusto, 2003; Ribeiro, 2006 e 2007).

No que concerne à correlação da variável QIF, também se verifica, com 99% de confiança, que existe uma correlação positiva entre a QIF e as variáveis DIM, IMP_EXP, ZN, ZC, S2, S3. O que seria expectável, pois as empresas de maior DIM ou que possuem atividade de IMP_EXP têm tendência a apresentar uma QIF melhor.

Em relação à variável DIM, verifica-se que existe uma correlação positiva com todas as variáveis CQ, QIF, FJ, IMP_EXP, ROC, ZN, ZC, ZS, ZI, S1, S2 e S3, o que contraria os estudos supramencionados, pois estes não encontraram uma relação entre a DIM com a CQ ou o desempenho da empresa. Observando as restantes variáveis FJ, IMP_EXP, ROC, ZN, ZC, ZS, ZI, S1, S2 e S3 verifica-se que também existe uma correlação positiva entre todas, o que significa, que com 99% de confiança que elas estão correlacionadas entre si.

Finalmente, apresentam-se os coeficientes de estimação do modelo anteriormente apresentado, ou seja, o modelo produzido pela expressão [5] que pressupõe uma relação entre a variável CQ e as variáveis independentes, com especial atenção para a QIF. Na Tabela 9 apresenta-se a informação resumida sobre as variáveis do modelo estimado, assim como os seus testes inerentes para revelar a sua qualidade.

Tabela 9 – Certificação de Qualidade Versus Qualidade da Informação Financeira

Variáveis	B	P-value (teste Wald)	Exp (B)
Constante (CQ)	-10,850	<0,001	0,000
QIF	0,214	0,033	1,238
DIM	0,320	<0,001	1,377
FJ (SQ vs SA)	0,879	<0,001	2,409
IMP_EXP (Sim vs não)	0,669	<0,001	1,952
ROC (Sim vs não)	0,211	<0,001	1,235
Zona1 (ZN vs ZI)	0,884	<0,001	2,420
Zona2 (ZC vs ZI)	0,803	<0,001	2,231
Zona3 (ZS vs ZI)	0,585	<0,001	1,795
Setor1 (S2 vs S1)	0,913	<0,010	2,492
Setor2 (S3 vs S1)	0,611	<0,001	1,842
Variáveis			
Rácio Verossimilhanças	2990,800	<0,001	
-2 Log Likelihood	25849,833	0,999	
Cox & Snell R Square	0,030		
Nagelkerke R Square	0,118		
Casos corretamente classificados	96,7%		

Nota:

1) As variáveis estão definidas nas Tabelas 6 e 7.

Fonte: Elaboração Própria

$$P(Y_1 = 1) = \frac{1}{1 + e^{-(10,239 - 0,214QIF + 0,32DIM + 0,879FJ + 0,669IMP_EXP + 0,211ROC + 0,884ZN + 0,803ZC + 0,585ZS + 0,913S1 + 0,611S2)}}$$

[6]

Na Tabela 9 apresenta-se a compilação dos resultados dos testes das regressões efetuadas sobre as variáveis do modelo estimado, assim como os resultados dos testes dos rácios de verossimilhanças e os respetivos coeficientes de determinação.

O modelo é estatisticamente significativo, pois pelo teste do rácio de verossimilhança conclui-se que pelo menos uma variável independente influencia a probabilidade em estudo. A qualidade do ajustamento é verificada segundo Marôco (2003), pois não se rejeita a hipótese nula de que o modelo se ajusta aos dados, pois a estatística de teste é *-2 Log Likelihood* com distribuição χ^2_{98469} ; $p = 1 - \text{dist.chi}(25849,833; 98469)$.

A percentagem de casos corretamente classificados é de 96,7%, o que pressupõe um indicador favorável ao modelo estimado.

A regressão logística estimada revelou que todas as variáveis independentes apresentam um efeito estatisticamente significativo sobre a probabilidade de uma empresa ter CQ.

A probabilidade de uma empresa ter CQ aumenta com o aumento da QIF (a variação de 1 unidade na QIF induz a uma variação média de 23,8% na probabilidade de uma empresa ter CQ). Por sua vez, a probabilidade de uma empresa ter CQ aumenta com o aumento da DIM da mesma (a variação de 1 unidade na DIM de uma empresa induz a variação média de 37,7% na probabilidade de uma empresa ter CQ).

Para empresas com idêntica QIF e DIM e restantes variáveis (FJ, IMP_EXP, ROC, ZN, ZC, ZS, S1 e S2), as chances de uma empresa que seja uma sociedade por quotas ter CQ é de 2,409 vezes superior às chances de uma empresa que seja sociedade anónima. Em relação à atividade de importação e/ou exportação, as chances de uma empresa possuir esta atividade e ter CQ é de cerca de 1,952 vezes superior às chances de uma empresa que não tenha esta atividade. As chances de uma empresa ter ROC e CQ é de cerca 1,235 vezes superior às chances de uma empresa não possuir ROC.

Relativamente à zona, verifica-se que uma empresa que tenha a sua localização na ZN tem cerca de 2,42 vezes mais chances de ter CQ de que uma empresa que seja localizada na ZI. Analogamente, uma empresa sediada nas ZC e ZS tem cerca de 2,23 e 1,795 vezes mais chances, respetivamente, de ter CQ do que uma empresa sediada na ZI.

Em relação ao setor de atividade, verifica-se que as empresas que pertencem ao S2 e S3 apresentam maiores chances de ter CQ comparativamente a uma empresa que pertença ao S1. Sendo empresa do S2 as chances de ter CQ são cerca de 2,492 vezes superiores a empresas do S1. As chances das empresas do S3 terem CQ são cerca de 1,842 vezes superiores a empresas do S1.

Como forma de aprofundar o estudo, e visto que a amostra utilizada tinha dimensões muito desiguais em termos de empresas com CQ e empresas sem CQ, criou-se uma base de dados com duas subamostras diferentes com o mesmo número de observações empresa-ano. Assim, fez-se corresponder a cada empresa da subamostra de empresas com CQ uma empresa na subamostra de empresas sem CQ que reunisse cumulativamente as seguintes características: tivesse a mesma dimensão, os dados fossem referentes ao mesmo ano e pertencente ao mesmo setor. A única diferença entre as subamostras é que numa delas apenas existiam empresas com CQ e na outra as empresas não possuíam CQ. Realizaram-se os mesmos testes, tendo-se verificado que os resultados não diferem muito dos resultados obtidos e anteriormente tabelados.

Em conclusão, pode-se afirmar que a probabilidade de CQ de uma empresa é influenciada positivamente pela QIF, validando-se a hipótese de investigação. Comprova-se, também, que a CQ é influenciada positivamente pelas outras variáveis, isto é, com a DIM, o facto de ser uma sociedade por quotas, possuir ROC, ter atividade de importação e/ou exportação, estar localizada na ZN e/ou ZC e pertencer ao S2. Estas conclusões vão de encontro aos estudos apresentados na revisão de literatura, à exceção da DIM, que nos estudos não foi encontrada uma relação entre esta variável com a CQ ou o desempenho da empresa (e.g., Casadesús et al., 2001; Corbett et al, 2005; Heras et al., 2002; Lisboa & Augusto, 2003; Lopes & Saraiva, 2009; Morais, 2014; Moreira, 2012; Ribeiro, 2006 e 2007).

CONCLUSÃO

O presente estudo tinha como objetivo analisar se as empresas que têm implementado um SGQ e certificadas segundo a norma ISO 9001, apresentam também uma boa QIF. Neste sentido, pretendeu-se testar a expectável relação positiva entre a CQ de uma empresa e a sua QIF.

Para a realização do estudo, identificaram-se as empresas que possuíam certificação do SGQ, segundo a norma ISO 9001, enquanto a QIF foi aferida utilizando como *proxy* os *accruals* discricionários. A amostra iniciou-se com 35.417 empresas portuguesas para o período compreendido entre 2008 e 2013, disponíveis na base de dados SABI. Utilizou-se um modelo *logit* para testar a relação pretendida, tendo como variável dependente a variável binária relativa à CQ e como principal variável explicativa a QIF.

Com base nos resultados obtidos foi possível verificar a existência de uma relação positiva e estatisticamente significativa entre CQ das empresas e a sua QIF. Constatou-se ainda que as empresas que possuem CQ são, na sua maioria, SQ, com atividade importadora e/ou exportadora e com sede na ZC do país.

Os resultados do presente estudo são importantes para a comunidade científica, os gestores de empresas e os diferentes utentes da informação financeira das empresas. Este estudo é de elevado interesse porque, tanto quanto se conhece, é o primeiro estudo a relacionar a CQ com a QIF. O estudo criou uma base de dados que relaciona as empresas que possuem CQ e as empresas retiradas da base de dados SABI para o período compreendido entre 2008 e 2013. Esta informação pode servir de base a futuros estudos. Para os gestores das empresas o estudo é importante, pois quanto melhor for a QIF apresentada, maior é a probabilidade de a empresa obter a CQ, possibilitando que a empresa se torne mais credível e com maior visibilidade num mercado cada vez mais competitivo. Para os diferentes utentes da informação financeira, o presente estudo é relevante, pois quando estiverem a analisar a informação financeira de uma determinada empresa e verificarem que esta possui CQ, terão a expectativa que a QIF da empresa será mais credível e melhor que uma empresa que não possua CQ. Quantos aos colaboradores, parceiros e/ou clientes,

estes podem ser influenciados a escolher uma empresa que possua CQ, pois tal será um indicador de ter uma boa QIF. Adicionalmente, uma empresa que possua CQ deverá direcionar os seus produtos e serviços para a satisfação das necessidades dos clientes e outras partes interessadas, garantindo que a qualidade dos mesmos está em constante melhoria.

Embora o estudo tenha sido conclusivo e de elevado interesse não está isento de limitações, conduzindo a desenvolvimentos futuros. Por um lado, sugere-se a utilização de outros indicadores económico-financeiros para classificar as empresas e de outras *proxies* para aferir aos *accruals* discricionários, e conseqüentemente o valor da QIF. Por outro lado, sugere-se a importância de se considerarem outros modelos, outros testes e outras metodologias de análise. No entanto, estas limitações não colocam em causa a qualidade dos resultados obtidos e, possibilitam a abertura de novas alternativas para futuras investigações.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Almeida, P. (2012). *Análise Crítica ao Processo de Auditoria da Qualidade*. Dissertação de Mestrado em Auditoria. Porto: Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto. Portugal.
- Arruda, M., Vieira, C., Paulo, E., & Lucena, W. (2014, outubro). Análise do Conservadorismo e Persistência dos Resultados Contábeis das Instituições Financeiras Brasileiras. *Comunicação apresentada no V Congresso Nacional de Administração e Ciências Contábeis*. Rio de Janeiro. Brasil.
- Aviso n.º 15652/2009, de 7 de setembro. Diário da República n.º 173 – II Série. Ministério das Finanças. Lisboa.
- Basu, S. (1997). The Conservatism Principle and the Asymmetric Timeliness of Earnings. *Journal of Accounting and Economics*, 24, 3-37.
- Carmo, C. (2013). *Custo do Financiamento Bancário e Qualidade da Informação Financeira*. Tese de Doutoramento em Contabilidade. Aveiro: Universidade de Aveiro. Portugal.
- Carmo, C., Moreira, J., & Miranda, M. (2010) *A Qualidade dos Accruals e o Custo do Financiamento nas Empresas Portuguesas uma Análise por Grupos de Dimensão*. Acedido a 5 de fevereiro de 2015, em: http://www.aeca1.org/xivencuentroaeca/cd/pedro_e_ines_II.htm.
- Casadesús, M., Giménez, G., & Heras, I. (2001). Benefits of ISO 9000 Implementation in Spanish Industry. *European Business Review*, 13(6), 327-335.
- Chalayer, S. (1994). *Identification et Motivations des Pratiques de Lissage des Résultats Comptables des Entreprises Françaises Cotées en Bourse*. Tese de Doutoramento em Ciências de Gestão. Lyon: Universidade de Saint-Etienne. França.
- Corbett, C., Montes-Sancho, M., & Kirsch, D. (2005). The Financial Impact of ISO 9000 Certification in the US: An Empirical Analysis. *Management Science*, 51(7), 1046-1059.
- Costa, A. (2008). *A Auditoria Interna nos Municípios Portugueses*. Dissertação de Mestrado em Contabilidade e Finanças. Coimbra: Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Portugal.

- Cunha, M. (2013). Métodos Empíricos para Detetar Práticas de Manipulação de Resultados. *Revisores e Auditores*, 63, 14-23.
- Dalmácio, F., & Paulo, F. (2004). A Evidenciação Contábil: Publicação de Aspetos Sócio-Ambientais e Económico-Financeiros nas Demonstrações Contábeis. *Brazilian Business Review*, 1(2), 74-90.
- Dechow, P.; Sloan, R.; & Sweeney, A. (1995). Detecting Earnings Management. *Accounting Review*, 70(2), 193–225
- Dechow, P., & Schrand, C. (2004). *Earnings Quality*. Charlottesville: The Research Foundation of CFA Institute.
- Dechow, P., Ge, W., & Schrand, C. (2010). Understanding *Earnings Quality*: A Review of the Proxies, their Determinants and their Consequences. *Journal of Accounting and Economics*, 50, 344-401.
- Decreto-Lei n.º 381/2007, de 14 de novembro. Diário da República nº 219 - I Série. Ministério das Finanças. Lisboa.
- Eckel, N. (1981). The Income Smoothing Hypothesis Revisited. *Abacus*, 17(1), 28-40.
- Ferreira, A. (2011). *Motivações do Gestor e Instrumentos Contabilísticos Utilizados na Gestão dos Resultados: O Caso das Autarquias Locais*. Tese de Doutoramento em Contabilidade. Aveiro: Universidade de Aveiro. Portugal.
- Guay, W., Kothari, S., & Watts, R. (1996). A Market-Based Evaluation of Discretionary *Accrual* Models. *Journal of Accounting Research*, 34, 83-105.
- Healy, P., & Wahlen, J. (1999). A Review of the *Earnings Management* Literature and Its Implications for Standard Setting. *Accounting Horizons*, 13(4), 365-383.
- Heras, I., Casadéus, M., & Dick, G. (2002). ISO 9000 Certification and the Bottom Line: a Comparative Study of the Profitability of Basque Region Companies. *Managerial Auditing Journal*, 17(1), 72-78.
- Instituto Português da Qualidade – IPQ. (2015). Acedido a 23 de fevereiro de 2015, em <http://www1.ipq.pt/PT/Pages/Homepage.aspx>.
- International Organization for Standardization – ISO. (2015). Acedido a 23 de fevereiro de 2015, em <http://www.iso.org/iso/home.htm>.
- Jones, J. (1991). *Earnings Management* During Important Relief Investigations. *Journal of Accounting Research*, 29(2): 193-228.
- Kothari, S., Leone, A., & Wasley, C. (2005). Performance Matched Discretionary *Accrual* Measures. *Journal of Accounting and Economics*, 39, 163–197.
- Lisboa, J., & Augusto, M. (2003). Dimensão e Rendibilidade: O Caso das Empresas da Indústria Transformadora Portuguesa. *Portuguese Journal of Management Studies*, 8(2), 131-143.
- Lopes, S., & Saraiva, M. (2009). Qualidade e Certificação: Aplicação Empírica numa Organização Certificada pela Norma ISO 9001, *TQM – Qualidade*, 0, 193-219.
- Lyra, I., & Moreira, R. (2001). Alisamento de Resultados nas Empresas Listados nos Níveis de Governanças Corporativa da Bovespa. *Revista de Contabilidade e Controladoria*, 3(2), 78-93.
- Marôco, J. (2003). *Análise Estatística – Com o Utilização do SPSS*. (2.ª Ed.). Lisboa: Edições Sílabo.

- Marôco, J. (2011). *Análise Estatística com o SPSS Statistics*. (5.ª Ed.). Pero Pinheiro: ReportNumber – Análise e Gestão de Informática.
- Martinez, A. (2006). Minimizando a Variabilidade dos Resultados Contábeis: Estudo Empírico o *Income Smoothing* no Brasil. *Revista Universo Contábil*, 2(1), 9-25.
- Martins, O. (2007). *O Endividamento Bancário e a Qualidade da Informação Financeira (III)*. Dissertação de Mestrado em Ciências Empresariais. Porto: Faculdade de Economia da Universidade do Porto. Portugal.
- Mendes, C., & Rodrigues, L. (2006). Estudo de Práticas de *Earnings Management* nas Empresas Portuguesas Cotadas em Bolsa: Identificação de Alisamento de Resultados e seus Fatores Explicativos. *Revista de Estudos Politécnicos*, 3(5/6), 145-173.
- Miranda, V. (2013). *Qualidade dos Resultados e Qualidade de Auditorias nas Empresas não Cotadas Europeias*. Dissertação de Mestrado em Contabilidade, Fiscalidade e Finanças Empresarias. Lisboa: *Lisboa School of Economics & Management*. Portugal.
- Morais, L. (2014). *Guia de Empresas Certificadas* (9.ª Ed.). Lisboa: Cempalavras - Comunicação Empresarial, Lda.
- Moreira, T. (2012). *Análise da Relação Entre o Tipo de Não Conformidades Levantadas em Auditoria e as Motivações para a Implementação dos Sistemas de Gestão da Qualidade Segundo a Norma ISO 9001*. Dissertação de Mestrado em Engenharia Industrial – Ramo Gestão Industrial. Braga: Universidade do Minho. Portugal.
- Norma Portuguesa ISO 9000:2005. (2005). *Sistemas de Gestão da Qualidade Fundamentos e Vocabulário*. (2.ª Ed.) Instituto Português da Qualidade. Caparica, Portugal.
- Norma Portuguesa ISO 9001:2008. (2008). *Sistemas de Gestão da Qualidade – Requisitos*. (3.ª Ed.) Instituto Português da Qualidade. Caparica, Portugal.
- Oliveira, M., Santos, L., & Fortuna, N. (2011). *Econometria*. Lisboa: Escolar Editora.
- Oliveira, R., Nogueira, N., Rocha, N., Alves, M., & Carneiro, C. (2012). Abordagem dos *Accruals* em Pesquisas: Um Retrato da Literatura. *Comunicação apresentada no IX Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia*. Rio de Janeiro, Brasil.
- Paulo, E. (2007). *Manipulação das Informações Contábeis: Uma Análise Teórica e Empírica sobre os Modelos Operacionais de Detecção de Gerenciamento de Resultados*. Tese de Doutoramento em Ciências Contabilísticas. São Paulo: Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo. Brasil.
- Pestana, M., & Gageiro, J. (2005). *Descobrimo a Regressão com a Complementaridade do SPSS*. Lisboa: Edições Sílabo.
- Ribeiro, A. (2006). *Certificação da Qualidade e Desempenho Empresarial: Evidência Empírica para Portugal*. Dissertação de Mestrado em Economia. Braga: Universidade do Minho. Portugal.
- Ribeiro, A. (2007). Certificação da Qualidade e Desempenho Empresarial uma Análise por Quantis. *Revista de Estudos Politécnicos*, 5(8), 201-214.
- Sá, S. (2014). *Auditoria e Manipulação dos Resultados através das Imparidades em Dívidas a Receber de Clientes: Um Estudo para o Caso Português*. Dissertação de Mestrado em

Contabilidade e Controlo de Gestão. Porto: Faculdade de Economia da Universidade do Porto. Portugal.

- Santos, M. (2004). *Qualidade* (1.ª Ed.). Lisboa: Companhia Própria – Formação e Consultoria, Lda.
- Santos, L., & Costa, F. (2008). Conservadorismo Contábil e *Timeliness*: Evidências Empíricas nas Demonstrações Contábeis de Empresas Brasileiras com ADRS Negociados na Bolsa de Nova Iorque. *Revista Contabilidade & Finanças – USP*, 19(48), 27-36.
- Schipper, K. (1989). Commentary on *Earnings Management*. *Accounting Horizons*, 4, 91-102.
- Schipper, K. & Vincent, L. (2003). *Earnings Quality*. *Accounting Horizons*, 17, 97-110.
- Silva, J. (2011). *Desenvolvimento de uma Metodologia para Implementação de um Sistema de Gestão da Qualidade Baseado na Norma NPEN ISO 9001:2008*. Dissertação de Mestrado em Engenharia Eletrónica e Telecomunicações. Aveiro: Universidade de Aveiro. Portugal.
- Teixeira, M. (2006). *O Contributo da Auditoria Interna para uma Gestão Eficaz*. Dissertação de Mestrado em Contabilidade e Auditoria. Coimbra: Universidade Aberta. Portugal.
- Vila, A. (2012). *A Manipulação de Resultados Contabilísticos: Uma Revisão da Literatura*. Dissertação de Mestrado em Gestão. Covilhã: Universidade da Beira Interior. Portugal.
- Watts, R. (2003). Conservatism in Accounting Part I: Explanations and Implications. *Accounting Horizons*, 17(3), 207-221.